

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Departamento de Economia



**Monografia de Final de Curso**

**Análises Comparativas da Tendência da Desigualdade de Gênero  
no Brasil no Contexto Ditatorial e Democrático**

**Carolina Cagetti**  
Matrícula 1311801

Orientador: Miguel Nathan Foguel

Rio de Janeiro  
Novembro de 2017

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Departamento de Economia



**Monografia de Final de Curso**

**Análises Comparativas da Tendência da Desigualdade de Gênero  
no Brasil no Contexto Ditatorial e Democrático**

**Carolina Cagetti**  
Matrícula 1311801

Orientador: Miguel Nathan Foguel

Rio de Janeiro  
Novembro de 2017

"Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realiza-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor".

As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva da autora.

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução .....</b>	<b>5</b>
<b>2. Revisão da Literatura .....</b>	<b>7</b>
<b>3. Contexto Histórico .....</b>	<b>12</b>
3.1) Políticas de Participação no Mercado Trabalho .....	15
3.2) Políticas de Educação .....	18
3.3) Políticas de Fecundidade .....	20
<b>4. Descrição dos Dados .....</b>	<b>24</b>
<b>5. Metodologia .....</b>	<b>26</b>
<b>6. Resultados .....</b>	<b>28</b>
6.1) Participação no Mercado de Trabalho .....	28
6.1.1) Força de Trabalho .....	28
6.1.2) <i>Status</i> de Emprego .....	30
6.2) Educação .....	32
6.3) Fecundidade .....	34
<b>7. Comparações Internacionais .....</b>	<b>37</b>
7.1) Participação no Mercado de Trabalho .....	37
7.2) Educação .....	39
7.3) Fecundidade .....	41
7.3.1) Fecundidade na América Latina .....	41
7.3.2) Fecundidade de Acordo com a Renda dos Países no Mundo .....	43
<b>8. Conclusão .....</b>	<b>45</b>
<b>9. Referências Bibliográficas .....</b>	<b>50</b>
<b>Apêndice .....</b>	<b>53</b>

**TABELAS**

<b>Tabela 1.1</b> .....	<b>53</b>
<b>Tabela 1.2</b> .....	<b>53</b>
<b>Tabela 1.3</b> .....	<b>54</b>
<b>Tabela 1.4</b> .....	<b>54</b>
<b>Tabela 2.1</b> .....	<b>55</b>
<b>Tabela 2.2</b> .....	<b>55</b>
<b>Tabela 3</b> .....	<b>55</b>
<b>Tabela 4</b> .....	<b>55</b>
<b>Tabela 5.1</b> .....	<b>56</b>
<b>Tabela 5.2</b> .....	<b>56</b>
<b>Tabela 6</b> .....	<b>57</b>
<b>Tabela Extra</b> .....	<b>57</b>
<b>Tabela 7</b> .....	<b>57</b>
<b>Tabela 8</b> .....	<b>58</b>
<b>Tabela 9</b> .....	<b>59</b>
<b>Tabela 10</b> .....	<b>60</b>
<b>Tabela 11</b> .....	<b>61</b>
<b>Tabela 12</b> .....	<b>62</b>
<b>Tabela 13</b> .....	<b>63</b>

## 1. Introdução

Existe um número considerável de estudos que visam analisar e entender a relação entre paridade de gênero e regimes políticos. Dentre essas pesquisas, Tripp (2013) mostrou que, entre autocracias e ambientes democráticos, estes tendem a promover o crescimento das liberdades civis, que, por sua vez, influenciam a mobilidade das mulheres. Além disso, Ertan (2012) e Richards & Gelleny (2007) indicam uma forte correlação entre democracias e os várias dimensões da igualdade de gênero – como representação política, direitos reprodutivos e igualdade de emprego. Por fim, Viterna & Fallon (2008) ressaltam, a importância do momento de transição entre um regime autoritário e um regime democrático e, em particular, a alta probabilidade de que o novo regime democrático afete positivamente a paridade de gênero, caso seja bem-vindo pela maioria da população e o país tenha se caracterizado pela presença de movimentos feministas antes que ocorresse a transição.

Como se pode observar, há diferentes fatores que influenciam a paridade de gênero, sendo que podem variar em regimes semelhantes: portanto, tanto uma democracia quanto um regime autoritário pode ser mais ou menos igualitário, quando comparados um com o outro tipo ou mesmo entre os dois, devendo-se compreender que há diferenças culturais entre todos.

Esses resultados ajudam a fornecer uma base teórica para analisar um país específico e observar se o processo de democratização melhorou significativamente o nível de igualdade de gênero. Ao considerar o Brasil, estuda-se o nível de desigualdade de gênero em dois quadros distintos: a ditadura militar, um governo autoritário que dominou o país por mais de vinte anos e o então período democrático atual.

Para observar a variação da paridade de gênero, este estudo se norteia pelas variáveis de interesse adotadas em um dos mais recentes e completos índices de gênero desenvolvido, o Índice de Desigualdade de Gênero (*Gender Inequality Index*, GII). Essa medida analisa a condição das mulheres sob três dimensões: saúde, empoderamento e trabalho, usando dados referentes às seguintes variáveis: (i) fecundidade adolescente, (ii) razão mortal materna, (iii) educação secundária e superior, (iv) participação nos assentos parlamentares e no (v) mercado de trabalho.

Para o Brasil, esse índice está disponível apenas entre 1995 e 2016, inviabilizando o estudo direto a partir dessa medida. Portanto, dado o intervalo temporal do GII e a escassa disponibilidade de dados em questões de gênero, a elaboração deste

estudo se baseia na análise de algumas variáveis de interesse do GII: as taxas de participação no mercado de trabalho e as séries de proporção de fecundidade entre adolescentes de 1960 a 2015, a partir de dados do Banco Mundial, juntamente com informações sobre emprego e educação, reunidos a partir de Censos<sup>1</sup> realizados a cada década no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Desta forma, esta análise tem como objetivo estudar o nível de desigualdade de gênero e seus componentes no Brasil entre 1960 e 2010, considerando o país sob os regimes militar (1964-1985) e democrático (1988-atual), ou seja, dois contextos políticos e governamentais opostos. O contraste desses momentos históricos no que diz respeito à paridade de gênero, representa a principal motivação deste projeto.

A pesquisa contempla empiricamente essa transição ao se referir à específicas variáveis de interesse utilizadas para a mensuração de um índice inovador, o GII, como referência fundamental para esta análise. Como consequência, torna-se possível examinar a tendência da desigualdade de gênero entre regimes, verificando se a base teórica é de fato consistente com os resultados obtidos por intermédio deste estudo.

Além disso, após a apresentação dos resultados brasileiros, demonstram-se comparações entre a tendência brasileira e as verificadas na Argentina, no Chile, na América Latina<sup>2</sup> e, quando possível, no mundo.

A escolha do tema relaciona-se à disponibilidade de dados, mesmo que limitada, sobre as variáveis que foram identificadas como relevantes e à crescente importância das questões de gênero e direitos humanos no ambiente socioeconômico global.

A estrutura desta monografia começa, então, com uma visão geral da literatura na segunda Seção. Na terceira, são apresentados os antecedentes históricos do Brasil e as políticas implementadas durante o regime militar e a atual república. As Seções 4 e 5 contém a coleta de dados e a metodologia utilizada para interpretar a tendência das variáveis de interesse. Os resultados são mostrados na sexta Seção enquanto as comparações internacionais são feitas na sétima. O estudo é concluído na Seção 8, após a observação completa dos aspectos teóricos que norteiam esta pesquisa e dos resultados encontrados através da análise dos dados obtidos nos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Banco Mundial e do *Integrated Public Use Microdata Series* (IPUMS).

---

<sup>1</sup> Segundo a definição da ONU, pode ser definido como “o conjunto das operações que consistem em recolher, agrupar e publicar dados demográficos, econômicos e sociais relativos a um momento determinado ou em certos períodos, a todos os habitantes de um país ou território”.

<sup>2</sup> América Latina e Caribe

## 2. Revisão da Literatura

Tripp (2013), em *Political Systems and Gender*, examinou se os sistemas políticos influenciam na promoção da igualdade de gênero, procurando entender, caso ocorra, de que forma isso acontece. Trata-se, deste modo, de uma base teórica inicial que permite, inclusive, questionar se a democratização de fato implica uma sociedade mais igual em termos de paridade de gênero no Brasil.

Nesse sentido, pesquisas internacionais mostram resultados contrastantes sobre o impacto dos regimes políticos com relação a essa temática, variando de acordo com as abordagens e os métodos aplicados. Nesses ensaios, em geral, adotou-se um quadro comparativo baseado em estudos de caso, com foco em considerar a igualdade de gênero em termos de participação política das mulheres.

Tripp (2013) argumenta que medir a disparidade apenas considerando a presença feminina nos parlamentos nacionais seria tendencioso, no sentido de que outras variáveis – como a atitude cultural em relação à paridade de gênero, o processo de implementação de políticas e outros fatores determinantes da desigualdade de gênero efetiva que variam entre as nações – são omitidas. Por esse motivo, nota-se que muitos indicadores que normalmente são utilizados na avaliação da desigualdade de gênero estão enviesados.

Nesta análise, a representação das mulheres no parlamento não será considerada como variável de interesse, uma vez que, em certos países, as cotas femininas são definidas como um instrumento de legitimação política, sem que sejam adotadas políticas de maior alcance (Tripp, 2013) e também pela indisponibilidade de dados no intervalo desejado.

Muitas vezes, a literatura sobre a paridade de gênero enfatiza o efeito negativo de regimes autoritários sobre a implementação de políticas de paridade entre mulheres e homens, como pode ser observado por Ertan (2012) em *Gender equality policies in authoritarian regimes and electoral democracies*.

A autora aponta vários determinantes da desigualdade de gênero, dentre os quais se destacam: representação política; políticas de direitos reprodutivos; políticas de igualdade de emprego e direito da família. Desta forma, entende que as democracias eleitorais funcionam melhor na consecução de políticas de igualdade, sendo que elementos como a existência de conflitos e a religiosidade social são determinantes de diferentes níveis de direito da família e de igualdade de emprego.



Da mesma forma, Richards & Gelleny (2007) analisaram uma amostra de 130 países, de 1982 a 2003, e defenderam que índices como o *Gender Development Index* (GDI) e o *Gender Empowerment Measure* (GEM) estão positivamente correlacionados com configurações democráticas. Essas descobertas são consistentes com o pressuposto de que o regime autoritário suprime a sociedade civil (Ertan, 2012). Entretanto, seria uma conclusão tendenciosa assumir que sempre existirá uma correlação negativa quando se trata de regimes autoritários.

Em *Sex and the State: Abortion, Divorce and Family under Latin American Dictatorships and Democracies* de Htun, publicado em 2003, estudou-se como as políticas de gênero se desenvolveram em três países latino-americanos que sofreram uma ditadura militar: Brasil, Argentina e Chile.

A autora avança em um ponto de vista sugestivo que chama a atenção para as relações da Igreja e do Estado ao considerar questões de gênero. Argumenta-se que a instituição religiosa, além do papel desempenhado na formação de atitudes dos cidadãos por meio de seus ensinamentos morais, pode contrastar ou não com o governo em vigor e, portanto, empurrar para uma abertura das políticas de gênero ou não.

Ademais, Htun (2003) afirma que, no caso brasileiro, a Igreja inicialmente apoiou o regime ditatorial. Porém, devido às disputas sobre direitos humanos, política econômica e educação, a instituição começou a se opor ao governo militar.

Deste modo, nos anos 70, o regime brasileiro, apontado como o mais “amigável” dentre os três, se abriu para reformas liberais como (i) a legalização do divórcio, que ocorreu antes do que nos outros dois países mencionados; (ii) a implementação de leis de planejamento familiar e garantia de mais direitos às mulheres; e, ainda (iii) possibilitou a discussão sobre a descriminalização do aborto – em 1983, o governo militar introduziu, no país, um programa de saúde nacional voltado para as mulheres, desenhado, em partes, por feministas.

Segundo Htun (2003), apesar de os regimes militares na América Latina terem sido caracterizados pelo conservadorismo e pelo patriarcalismo, procurou-se modernizar o Estado e a sociedade graças à influência das tendências internacionais e das ideias que circulavam, em especial, nos ambientes jurídicos.

Assim, pequenas comissões técnicas oficiais foram criadas pelos militares, durante o regime, e os especialistas podiam deliberar sobre reformas legais, em busca da modernização buscada pelos líderes militares. Com a abertura de oportunidades para a

liberalização de mudanças políticas, grandes modificações ao *status* civil das mulheres e aos direitos de propriedade puderam ser percebidas.

Para Siim (2000), a condição das mulheres europeias é afetada por múltiplas ideologias de cidadania; Króliczek (2013), por sua vez, estudou as diferenças entre os Estados de Bem-Estar Social nos regimes democráticos.

As autoras classificaram três tipos de Estados. Primeiramente, ambas identificaram nações democráticas socialistas (Suécia, Dinamarca e outros países nórdicos); nações democráticas liberais (Grã-Bretanha e Estados Unidos da América). Em relação ao terceiro tipo, Króliczek encontrou na Alemanha um exemplo para as nações corporativas-estatistas enquanto Siim usou a França como representante do modelo republicano.

Os resultados são semelhantes já que ambas identificaram os países socialistas como os mais igualitários em termos de paridade de gênero, tanto no mercado de trabalho quanto no fornecimento de políticas trabalhistas e familiares.

Além disso, apontaram que Estados liberais também estão promovendo essa forma de igualdade, apesar de terem uma falta de implementação de políticas familiares, o que é um reflexo do fato deste modelo de Estado ser caracterizado pela política de não-intervenção.

Por fim, tem-se que países como a França e a Alemanha são indicados como os modelos com mais limitações na questão de gênero: a França ainda é caracterizada por limites causados pelas suas políticas pró-natalistas; enquanto a realidade alemã apresenta um acesso limitado à saúde infantil pública e políticas que destacam a instituição matrimonial, a tributação conjunta e a alocação de serviços para o trabalhador do sexo masculino.

Outro aspecto interessante é apresentado pela Beer (2009), que analisou 179 países, entre 1960 e 2004, e concluiu que a duração da democracia combinada com o sufrágio das mulheres tem uma forte influência na participação das mulheres no mercado de trabalho e na diminuição da fecundidade.

Além de possíveis considerações sobre os regimes, análises adicionais podem ser feitas na fase de transição de um regime para outro. A literatura centra-se principalmente no processo de democratização e como este fato afetou a figura das mulheres e seus direitos, apesar de existirem alguns estudos que tentem ir além dessa relação eventual entre políticas de transição e gênero.

A princípio, tem-se como razoável esperar que o resultado de uma transição democrática será um Estado mais equitativo quanto a questões de gênero, já que a mudança poderia oferecer novas oportunidades, especialmente para as mulheres, para participar do quadro político. Contudo, problematiza-se tal premissa, muito embora se reconheçam avanços relativos à experiência brasileira.

Evocam-se, ainda, as ponderações de Viterna & Fallon (2008), que focaram em como as mudanças democráticas afetam as mulheres, desenvolvendo uma análise comparativa para entender a variação na igualdade de gênero entre os Estados democráticos. Para tanto, consideram, principalmente, quatro fatores diferentes para representar os efeitos de gênero: transição democrática, movimentos de mulheres anteriores à transição, partidos políticos e influências internacionais.

O resultado mais relevante desta análise é que, antes de tudo, uma variação na desigualdade de gênero tem mais chances de ocorrer com a transição democrática se o evento for desejado e bem acolhido pela grande maioria da população.

Em segundo lugar, com um grande efeito, tem-se que as estratégias e as características das mulheres pré-transição eram moldadas pelos padrões de mobilização precoce das mulheres. Em terceiro lugar, quando a esquerda ou os partidos socialistas ganham o poder, é mais provável que eles sejam mais amigáveis com as mulheres do que a oposição. Finalmente, compreendeu-se que o processo de compartilhar ideias e o impacto de organizações internacionais foram também bastante eficazes.

Assim, testes robustos, realizados em Viterna & Fallon (2008), mostraram que é principalmente a presença do movimento de mulheres pré-existente e a atitude de ser a favor da democracia que têm os maiores efeitos positivos sobre gênero em um quadro de transição.

Tais fatores são profundamente analisados em pesquisas posteriores (Viterna et al., 2012), nas quais se confirma que as condições pré-democráticas contribuem fundamentalmente para que haja consequências importantes para a representação legislativa pós-democrática das mulheres: o nível de democracia e a participação política estão correlacionados de diferentes maneiras com o regime no poder antes da transição.

Desta forma, Viterna et al. (2012) tentam, então, resolver o paradoxo, em termos de gênero, entre democracia e democratização, observando que são as transições democráticas que importam quanto aos efeitos sobre as mulheres, por se tratarem de um momento de conjuntura onde política e cultura se transformam.

A importância dos movimentos feministas na explicação da transição democrática também é um elemento relevante para Waylen (1994). A autora se concentra na política de transição na América Latina, que começou em torno dos anos 80 e coincidiu com o surgimento de movimentos feministas.

A aparição desses movimentos em um contexto de regimes militares é explicada por Safa (2016), Siim (2000) e Comparato (1990) como resposta às regras autoritárias e à crise econômica enfrentada pela América do Sul, revelando-se extremamente importantes nos processos de mudança para a democracia. Explica-se, ainda, que grupos de mulheres foram os primeiros que começaram a protestar contra o regime, desempenhando um papel importante na fase inicial da transição de regime.

A presente pesquisa, portanto, concentra sua atenção no caso específico brasileiro, fazendo uma comparação das tendências das variáveis utilizadas para mensurar a desigualdade de gênero entre os períodos pré e pós democráticos. Posteriormente, são feitas comparações com a Argentina e o Chile, visto que também vivenciaram um período transitório entre regimes, e também com as médias mundiais e da América Latina, quando disponíveis as informações.

### 3. Contexto Histórico

O Brasil teve sua independência de Portugal em 1822, quando começou o Império brasileiro, que durou até 1889. Durante esse período, o país experimentou um desenvolvimento econômico impressionante que o levou a ser a segunda nação das Américas, ficando atrás somente dos Estados Unidos.

Destaca-se, nesse período, a construção de ferrovias, o aperfeiçoamento do transporte marítimo e outros projetos de modernização que foram iniciados, juntamente com a crescente imigração. Assim, o Brasil Império tornou-se conhecido internacionalmente como uma nação moderna e progressista. Apesar desse cenário aparentemente positivo, quando a Guerra do Paraguai (1864-1870) terminou, o apogeu do Império também chegou ao fim.

Em 1871, por intermédio da promulgação da primeira lei abolicionista – a "Lei do Ventre Livre" – permitiu-se libertar, imediatamente a partir desse mesmo ano, todas as crianças nascidas de mulheres escravas. Assim, não haveria mais novas gerações de escravos e, como consequência, D. Pedro II viu uma redução do poder em torno de sua figura de imperador e jovens forças ultraconservadores surgiram após a sanção desta lei.

A neutralidade da coroa foi uma característica essencial para que o Império continuasse sendo apoiado. Entretanto, essa neutralidade foi sendo questionada, principalmente depois que a Princesa Isabel sancionou a “Lei do Ventre Livre” e posteriormente, em 1888, a “Lei Áurea”. Neste período também surgiram as primeiras reivindicações a favor dos direitos das mulheres. Com isso, as forças ultraconservadores encontraram o crescente consentimento na população e o resultado foi um golpe de Estado em 1889, que permitiu a criação da Primeira República do Brasil.

De 1889 a 1930, o governo foi uma democracia constitucional, porém, esta democracia foi nominal e na realidade, as eleições eram manipuladas: os eleitores, nas zonas rurais, foram pressionados ou induzidos a votar nos candidatos escolhidos por seus chefes. O desenvolvimento dizia respeito apenas a certas áreas e a setores específicos, como o café, o açúcar e o algodão.

As aspirações políticas crescentes de novos grupos urbanos, como profissionais autônomos, comerciantes, banqueiros, industriais, governantes e trabalhadores *white-collar*<sup>5</sup>, levaram a um novo golpe em 1930, que encerrou o período conhecido como

---

<sup>5</sup> Denota funcionários administrativos e executivos em oposição a operários e trabalhadores braçais.

República Velha e deu início a chamada Era Vargas. De 1930 a 1945, Getúlio Vargas promulgou uma ditadura de inclinação fascista com uma forte tensão para a nacionalização econômica.

Na sequência desta ditadura, a República Populista (1945-1964) foi marcada por instabilidade política e pressão militar sobre políticos civis que terminou com o golpe de Estado de 1964 e o estabelecimento do governo militar por quase vinte e um anos.

No governo militar, em 1967, promulgou-se uma nova Constituição, bastante restritiva e que sufocava a liberdade de expressão e a oposição política. O regime, que contou com o apoio do governo dos Estados Unidos, adotou o nacionalismo, o desenvolvimento econômico e o anticomunismo como diretrizes. Além disso, promoveu políticas que levaram ao chamado "Milagre Econômico Brasileiro", em meados da década de 70, o que levou a um aumento do crescimento médio anual do Produto Interno Bruto (PIB) que quase atingiu 10%.

Porém, devido ao choque do petróleo em 1979, a crise da dívida mexicana e alguns outros fatores, os anos 80 caracterizaram-se por um altíssimo nível de inflação e um aumento da dívida do Estado. Esses fatos geraram uma pressão crescente para a democratização e a restauração do governo civil em 1985 com o estabelecimento da atual República e com a nova Constituição de 1988.

Desde então, o Brasil vivencia um período democrático marcado não só pelo Plano Real, em 1994, e a consequente estabilização econômica comparada aos anos 80, como também pelo aumento da capacidade produtiva, do consumo e das exportações.

Além das agências reguladoras, também foram criados os programas de transferência de renda, responsáveis inclusive pelo aumento da escolaridade e pela redução da pobreza, podendo citar o Programa Fome Zero - que deu às mulheres a preferência na titularidade do Cartão Alimentação e do Bolsa-Família – e o próprio Bolsa Família. Segundo Herédia & Cintrão (2006), “as mulheres são titulares de cerca de 93% dos benefícios concedidos pelo programa” (p.20).

Ao mesmo tempo que foram implementadas as leis da responsabilidade fiscal e da transparência, também ocorreram dois processos de impeachments<sup>6</sup>, dois escândalos de corrupção<sup>7</sup> e as crises de 2008, a nível mundial, e a de 2015, no Brasil, que se estende até o presente momento.

---

<sup>6</sup> Fernando Collor de Mello, em 1992, e Dilma Rousseff, em 2016.

<sup>7</sup> Conhecidos como Mensalão e Lavo Jato.

Além disso, foi país sede de grandes eventos como os Jogos Pan-Americanos de 2011, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, atraindo muitos olhares internacionais inclusive para as Manifestações de 2013, que comoveram e agitaram o país em diferentes esferas.

Por fim, no que tange as causas femininas, com o fortalecimento das instituições democráticas ao longo desse período, foram criados órgãos institucionais voltados para as necessidades das mulheres brasileiras.

Em 1985 foi implementada a primeira Delegacia de Defesa da Mulher, sendo especializada no atendimento de mulheres vítimas de violência moral, física e sexual. Já em 2006, foi aprovada a Lei Maria da Penha responsável por criar mecanismos capazes de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Em 2009, a Procuradoria da Mulher foi criada com o intuito de (i) zelar pela participação mais efetiva das deputadas nos órgãos e nas atividades da Câmara, (ii) fiscalizar e acompanhar programas do Governo Federal, (iii) receber denúncias de discriminação e violência contra a mulher, e finalmente, (iv) cooperar com organismos nacionais e internacionais na promoção dos direitos da mulher<sup>8</sup>.

Em 2013, a Procuradoria da Mulher e a Coordenadoria dos Direitos da Mulher, que representa a Bancada Feminina, foram unificadas em apenas um órgão, a Secretaria da Mulher.

Vale ressaltar que a Bancada Feminina possui grande relevância histórica por ter sido a responsável por importantes avanços na conquista e na defesa dos direitos das mulheres, com atuação mais incisiva durante a última Assembleia Nacional Constituinte, quando foi chamada Bancada do Batom<sup>9</sup>.

Além do mais, foi criado o Ministério dos Direitos Humanos, responsável pela articulação entre ministérios e setores das políticas de promoção e proteção aos Direitos Humanos no Brasil, que na sua atual estrutura, como parte de suas competências, determina a formulação, coordenação e execução de políticas e diretrizes referentes à promoção dos direitos humanos - incluso o direito à cidadania<sup>10</sup>.

Apesar das iniciativas de redistribuição de renda e a criação de órgãos voltados para as mulheres, o Brasil continua sendo um país desigual, ocupando a 79ª posição

---

<sup>8</sup> Disponível no site da Câmara dos Deputados: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/o-que-e-a-secretaria-da-mulher>>, acesso em 22 de novembro de 2017.

<sup>9</sup> Idem 8.

<sup>10</sup> Disponível no site do Ministério dos Direitos Humanos: <<http://www.mdh.gov.br/sobre/acesso-a-informacao/institucional>>, acesso em: 22 de novembro de 2017.

dentre 144 países analisados em termos de GII, segundo o *World Economic Forum Ranking*<sup>11</sup>, de 2016. Para entender como as variáveis de interesse deste estudo afetam a desigualdade de gênero no país, é interessante analisar a história das políticas específicas, de cada uma delas, implementadas pelo governo ao longo do tempo.

### 3.1 Políticas de Participação no Mercado de Trabalho

As primeiras leis que foram criadas no Brasil para regular as relações e condições de trabalho apareceram durante a Primeira República (1889-1930), mas foram confirmadas somente após a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, e das políticas públicas voltadas para monitorar o mercado de trabalho - que foram introduzidas apenas na década de 1960.

Ainda no período Vargas, após estudo do trabalho feminino realizado pelo ministro Lindolfo Collor, foi expedido o Decreto nº 24.417-A em 17 de maio de 1932, que veio a se tornar a primeira lei voltada para a situação da mulher trabalhadora, protegendo-a da exploração social. A atual lei é a de nº 9.799, de 1999. (Pinheiro, 2012)

Durante o chamado Milagre Econômico, o país mudou seu cenário: a população começou a crescer e foi se mudando das áreas rurais para as urbanas, as cidades se expandiram significativamente e uma grande parcela da população foi incluída no mercado de trabalho, inclusive muitas mulheres.

O regime militar (1964-1985) caracterizou-se por várias tentativas de introduzir programas eficientes para regular o mercado de trabalho e proteger os empregados e os desempregados. Desta vez, a União estava sob controle rigoroso e as greves eram extremamente raras, ainda que o número de pessoas empregadas em empregos formais tivesse quase quadruplicado (Gonzalez, 2010).

A Constituição de 1946 declarou que a assistência ao desemprego era um direito de trabalhadores e, por esse motivo, o governo militar propôs uma série de planos de “seguro desemprego” para trabalhadores que não estivessem empregados. O primeiro foi o Registro Permanente de Admissões e Dispensa de Empregados, que então convergiu, em 1966, para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que

---

<sup>11</sup> Disponível no site do *World Economic Forum*:

<<http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2016/rankings/>>, acesso em: 25 de setembro de 2017.



também tornou o processo de demissão de trabalhadores mais flexível em relação à legislação anterior (González, 2010).

Embora o Fundo tenha sido considerado a fonte de proteção mais eficiente e única para os trabalhadores desempregados, seus critérios de trabalho deixaram de existir. O mercado de trabalho brasileiro era fortemente instável e os funcionários deixaram o emprego antes de um ano de trabalho, por isso eles foram constantemente forçados a retirar dinheiro do fundo, que acabou ficando sem recursos.

Em 1970, o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) foram criados para financiar o pagamento do seguro-desemprego e regular os ativos para os trabalhadores pertencentes às categorias de funcionário público e privado.

Entre 1975 e 1988, os candidatos a emprego receberam assistência para serem incluídos no mercado de trabalho por um sistema financeiro que contribuiu para uma expansão significativa do setor formal e para manter taxas de desemprego baixas. Esses fundos nunca se estenderam muito e nunca contribuíram significativamente para a criação de um mercado de trabalho que funcionasse bem até os últimos anos por causa de sua alta instabilidade.

Como apresentado por Madeira et al. (1975), até então, as mulheres e os indivíduos marginalizados haviam sido sub-representados pelas políticas implementadas pelo governo. Somente nos anos 80 foram implementadas, de fato, as primeiras políticas públicas de gênero no país, as quais podemos destacar a criação, em 1983, do primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina, e em 1985, do primeiro Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (Farah, 2004).

Políticas públicas com recorte de gênero são políticas públicas que reconhecem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementam ações diferenciadas para mulheres. Essa categoria inclui, portanto, tanto políticas dirigidas a mulheres - como as ações pioneiras do início dos anos 80 - quanto ações específicas para mulheres em iniciativas voltadas para um público mais abrangente. (Farah, 2004, p.51)

Tais Conselhos visavam o enfrentamento das causas da exclusão das mulheres, o direito de exercer a cidadania, além do combate à discriminação contra a mulher e a promoção de sua plena integração na vida socioeconômica, política e cultural. Com isso, tinham o objetivo de implementar políticas públicas que favorecessem a inserção das

mulheres no mercado de trabalho, algo que ainda não tinha sido feito especificamente para o gênero feminino.

De qualquer forma, após a profunda crise dos anos 80, o desemprego aumentou rapidamente e o emprego informal cresceu: a assistência financeira e a estabilidade econômica nunca foram tão fundamentais para o Brasil. Após um período de redemocratização positiva e instabilidade econômica, algo importante foi introduzido no Brasil em 1995: o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), com o objetivo de aumentar a dedicação à formação profissional, para atingir anualmente pelo menos 20% da população economicamente ativa.

Em 1996, durante o governo FHC, foi feito o 1º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) que, dentre as muitas propostas, visava também uma maior inclusão feminina no mercado de trabalho, maior igualdade, principalmente de salários e oportunidades, e a diminuição da discriminação, inclusive em razão de gravidez, garantindo mais proteção às trabalhadoras. A segunda versão do PNDH foi realizada ainda no governo FHC e a terceira edição, no governo Lula, em 2010.

Entre 2013 e 2015, durante o governo Dilma, foram feitas atualizações no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. As linhas de ações propostas neste âmbito foram exatamente as seguintes<sup>13</sup>:

- Promoção da inserção e da permanência das mulheres em relações formais de trabalho não discriminatórias em razão de sexo, origem, raça, etnia, classe social, idade, orientação sexual, identidade de gênero ou deficiência, com igualdade de rendimentos e fomento à ascensão e à permanência em cargos de direção;
  - Promoção da autonomia econômica das mulheres por meio da assistência técnica e extensão rural, do acesso ao crédito e do apoio ao empreendedorismo, ao associativismo, ao cooperativismo e à comercialização, com fomento a práticas de economia solidária;
  - Ampliação da oferta de equipamentos públicos e de políticas que favoreçam o aumento do tempo disponível das mulheres, promovendo a sua autonomia, inclusive para a sua inserção no mercado de trabalho;
  - Estímulo à capacitação profissional de mulheres e a sua inserção em ocupações que não reforcem a divisão sexual do trabalho;
  - Ampliação e regulamentação dos direitos das trabalhadoras domésticas.
  - Promoção da proteção e seguridade social das mulheres, em especial daquelas em situação de vulnerabilidade, com vistas a erradicar a pobreza e melhorar suas condições de vida;
  - Promoção da obtenção de documentação civil e jurídica para mulheres, nos espaços urbanos e rurais, ampliando seu acesso a direitos e serviços.
- (Brasil, 2013, p. 16-19)

---

<sup>13</sup> Trecho inteiramente retirado do Plano Nacional de Políticas para as mulheres, disponível em: <[https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil\\_2013\\_pnpm.pdf](https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil_2013_pnpm.pdf)>, acesso em: 22 de novembro de 2017.

Segundo publicação do 2º Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), de 2008, vale destacar que ainda persiste a divisão sexual do trabalho, visto que mulheres ainda arcam com as tarefas domésticas e com os cuidados dos filhos. (Brasil, 2008). Ainda assim, o mercado de trabalho está experimentando grandes mudanças. Em particular, vale a pena notar que as mulheres são progressivamente mais educadas que os homens quando comparadas no mesmo setor<sup>14</sup>. Portanto, é interessante observar como chegamos a esse ponto por intermédio da análise das políticas educacionais ao longo dos anos.

### 3.2 Políticas Educacionais

Até 1827, a maioria das mulheres se encontrava excluída da educação formal. Isso se deveu à cultura ibérica e católica predominante na época, as quais pregavam a inferioridade feminina e a predominância masculina (Ribeiro, 2000). Entretanto, nesse mesmo ano, foi instituído o ensino primário para as meninas, com um currículo que contava com o aprendizado de pintura, decoração, costura e economia doméstica. Somente a partir de 1881, mulheres começam a ter acesso a cursos superior embora houvessem restrições – não podiam exercer as carreiras jurídicas, médicas e as ligadas à engenharia. Vale ressaltar que não havia incentivo para que mulheres cursassem o que chamamos atualmente de ensino médio, inviabilizando a entrada no ensino superior de grande parte das mulheres. Além disso, em 1891, foi incluído o ensino profissional de nível médio, com ensino normal para mulheres e ensino técnico para homens (Beltrão & Alves, 2009).

Por muitas décadas a educação foi deixada de lado ou por falta de interesse ou por não considera-la uma prioridade. Mesmo assim, em 1961, foram lançadas as diretrizes e bases da Lei Brasileira de Educação, garantindo a equivalência de todos os cursos de ensino médio, abrindo possibilidade para que mulheres se inscrevessem em universidades. Foi então dado o primeiro passo para a inversão da diferença de gênero na educação universitária que ocorreu nas décadas seguintes.

Com a chegada do regime militar, marcou-se o fim do período populista e o início de uma nova aliança entre militares e políticos da classe média que, como afirmado em

---

<sup>14</sup> Retirado do site da Organização Internacional do Trabalho:  
<[http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/rel\\_global\\_salarios\\_2016\\_pt\\_web.pdf](http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/rel_global_salarios_2016_pt_web.pdf)>, acesso em 21 de novembro de 2017.

Beltrão & Alves (2009), fizeram das políticas educacionais um meio para o sucesso político e para assegurar o apoio da classe média: a educação tornou-se um instrumento pelo qual se consolidou o sistema político.

Uma reforma importante foi a que se dirigiu às universidades, já que no momento do golpe de estado (1964) as universidades do país não conseguiam atender à crescente demanda da população. Esta situação fez com que houvesse uma reforma, em 1968, responsável por aumentar com êxito não só sua capacidade em 487%, mas também a satisfação da classe média (Beltrão & Alves, 2009). No entanto, protestos dos estudantes contra o regime ditatorial continuaram e o efeito resultante foi um controle rigoroso sobre todas as atividades de ensino.

No que diz respeito ao ensino primário e secundário, houve uma expansão da matrícula. Em 1971, ocorreu uma nova reforma na política educacional, cujos principais propósitos foram tanto os de reduzir as matrículas nas escolas secundárias e aumentar o atendimento em colégios que pudessem dar acesso à universidade, como também o de preparar estudantes para atividades profissionais.

A chamada educação profissionalizante ocorreu alguns anos depois: a ideia era direcionar as pessoas para o setor que mais necessitava de recursos humanos e que exigiam qualificações abaixo das tradicionais (Beltrão & Alves, 2009).

A situação após a ditadura é bastante diferente: na última década do século XX, a sociedade brasileira foi gradualmente reformulada por forças duradouras de processos econômicos e macropolíticos: a primeira refere-se à crise econômica do Brasil nos anos 80 e a segunda refere-se ao processo de democratização do país (Beltrão & Alves 2009).

Em geral, a crise econômica do final do século passado foi superada pelas reformas econômicas que apoiavam novos instrumentos de política, direcionando o ensino superior a desempenhar um papel mais ativo no sistema de inovação do país. Essas políticas foram combinadas com competitividade, empreendedorismo e relevância no mercado da pesquisa acadêmica.

Ao empregar esta agenda política proativa, o governo federal aplicou uma nova abordagem de gestão pública centrada em decisões relacionadas à ciência, tecnologia e inovação. A Constituição da República Federativa do Brasil foi criada em 1988 e, entre seus princípios, defende o ensino médio universal (artigo 206).

Na década de 1990, desenvolveram-se políticas públicas destinadas a manter as crianças na escola por meio de bolsas de estudo escolares e do esforço para fornecer educação básica universal. No ensino superior, houve um grande crescimento nas

universidades privadas e seu número de estudantes matriculados ultrapassou, em grande parte, o número nas universidades públicas. Essa expansão geral dos lugares na educação brasileira particularmente favoreceu as mulheres. Na segunda metade do século 20, as mulheres conseguiram reverter a diferença de gênero na educação em todos os níveis, sabendo aproveitar as oportunidades criadas pelas transformações sociais que estavam ocorrendo no país (Beltrão & Alves, 2009).

Mas, acima de tudo, a reversão da diferença de gênero foi um triunfo que resultou de um esforço histórico do movimento das mulheres como parte de uma luta mais geral pela igualdade de direitos entre os sexos que envolveu inúmeros atores sociais. Isso não aconteceu apenas no Brasil, mas foi parte de uma mudança mundial em que o papel das mulheres na sociedade estava sendo redefinido e o patriarcado estava ficando mais fraco (Beltrão & Alves, 2009).

### **3.3 Políticas de Fecundidade**

As medidas de fecundidade resultam em variáveis fundamentais na análise do emprego e da educação: a fecundidade jovem força mulheres a abandonar a escola e a cuidar dos filhos. Isso significa que existe uma maior probabilidade de mães jovens não estarem matriculadas na escola e estarem inativas do ponto de vista do emprego. Ao observar esta variável, é possível dar mais transparência e poder explicativo no que se refere a totalidade do presente estudo.

No Brasil, durante as primeiras décadas do século passado, a saúde da mulher ficou restringida às demandas relativas ao parto e a gravidez no que tange as políticas nacionais voltadas para a saúde.

Durante o governo militar, as primeiras iniciativas para programas de planejamento familiar foram realizadas por organizações civis. Essas organizações ajudaram a construir um debate sobre a necessidade de disseminar o conceito de planejamento familiar. No entanto, a eficácia da sua ação foi limitada pela resistência da Igreja Católica, que era contra qualquer programa dessa espécie por razões morais (Htun, 2003).

As duas tentativas que derivaram do aumento da atenção no planejamento familiar, o Programa de Prevenção da Gravidez de Alto Risco (PPGAR) e o Programa Nacional de Paternidade Responsável, implementados nos anos 70, de fato, falharam graças a ação religiosa (Amaral et al., 2015).

A falta de iniciativas públicas teve consequências prejudiciais sobre os diferenciais de fecundidade em grupos socioeconômicos, com a população mais pobre com taxas de fecundidade aumentadas em relação à população com melhor *status* socioeconômico.

O aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho nos anos 70 resultou também em um aumento da presença de mulheres no cenário político, o que foi crucial para o surgimento de uma nova visão sobre o planejamento familiar. No entanto, o processo foi agonizante: apenas na década de 1980 foi possível realizar o primeiro discurso oficial sobre o planejamento familiar no Brasil (Htun, 2003)

Em 1984, o Programa de Atenção Integral à Saúde das Mulheres (PAISM) foi lançado e visava oferecer cuidados de saúde reprodutiva para mulheres, incluindo a provisão de contraceptivos financiados pelos serviços de saúde pública.

Com o regime democrático em vigor, o Brasil aprovou a lei de planejamento familiar de nº 9.263, em 1996, que legalizava e regulava o uso da esterilização em hospitais, além de garantir o acesso público a outros métodos contraceptivos. A lei ainda não é conhecida ou aplicada em algumas partes do país. Há uma persistência de clientelismo na política brasileira no Nordeste, relacionada, especialmente, à provisão de serviços de saúde reprodutiva, de acordo com Amaral et al. (2015).

Além disso, a prática das sessões de cesariana de esterilização não diminuiu apesar da lei nº 9.656, sancionada em 1998 que visava limitá-lo. Em geral, as poucas e recentes ações do governo não foram eficazes para fornecer às mulheres os direitos e serviços reprodutivos que são exigidos (Amaral et al., 2015).

Em 2004, o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher que incorpora, em um enfoque de gênero, a integralidade e a promoção da saúde como “princípios norteadores e busca consolidar os avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, com ênfase na melhoria da atenção obstétrica, no planejamento familiar, na atenção ao abortamento inseguro e no combate à violência doméstica e sexual” (Brasil, 2008, p.75). Também lançou a Campanha Nacional de Incentivo ao Parto Normal e Redução da Cesárea Desnecessária.

No Brasil, o aborto ainda é um grave problema de saúde pública. Frequentemente é acompanhado de complicações severas, caso realizado em condições de risco, que podem, inclusive levar à morte. Estima-se que 20% dos abortos clandestinos realizados por médicos em clínicas e 50% dos abortos domiciliares, feitos pela própria mulher ou por terceiros sem profissionalização na área, apresentam complicações (Brasil, 2008).

De acordo com o 2º PNPM de 2008, somente em 2006, foram feitos 2067 abortos legais, de acordo com o artigo 128 do Código Penal Brasileiro que permite a realização do procedimento em dois casos específicos: (i) risco de vida para a mulher e (ii) gravidez resultante de estupro. Ainda no mesmo ano, no Sistema Único de Saúde (SUS), foram feitas 222.840 curetagens pós-aborto, sendo que 37 resultaram em óbitos maternos. Na década passada, observou-se uma tendência de estabilização de curetagens pós-aborto, provavelmente como uma consequência do número maior de mulheres usando métodos contraceptivos e da alta prevalência de laqueadura tubária, especialmente no Nordeste e no Centro-Oeste.

No Brasil, o acesso à contraceptivos – direito garantido pela Constituição - ainda não é amplamente difundido. Pesquisas nacionais revelam um maior uso da laqueadura tubária e da pílula como métodos para evitar a gravidez. A baixa frequência de uso de outros métodos aponta o acesso restrito das mulheres às informações acerca das opções e métodos disponíveis (Brasil, 2008).

Existe a ocorrência de problemas na produção, no controle de qualidade, na aquisição, na logística de distribuição dos insumos e na manutenção da continuidade da oferta de métodos anticoncepcionais. O resultado é uma precária atenção, além de excludente, que gera maiores prejuízos para as mulheres de camadas mais pobres e de áreas rurais. Isso contribui para a ocorrência de abortamentos em condições inseguras e para o maior risco de morte por tal causa (Brasil, 2008)

Entre 2000 e 2006 houve um aumento de 6% no percentual de partos feitos no SUS de mulheres na faixa etária de 10 a 19 anos, passando-se de 127.018 partos, em 2000, para 134.625, em 2006. Nas unidades de internação do SUS, as curetagens são o segundo procedimento obstétrico mais praticado - superadas somente pelos partos normais (Brasil, 2008).

De acordo com o 2º PNPM, o Ministério da Saúde, em parceria com o Ministério da Educação, também vem desenvolvendo o Programa Saúde e Prevenção nas Escolas, que pretende diminuir a vulnerabilidade de adolescentes perante às doenças sexualmente transmissíveis, à infecção pelo HIV e à gravidez não planejada, com foco na promoção da saúde, através de ações educativas de prevenção e aumento do acesso dessa população ao preservativo masculino. O Programa previa, em sua proposta inicial, a disponibilização de preservativos masculinos a adolescentes na faixa etária de 15 a 19 anos, sexualmente ativos, matriculados no ensino regular das escolas públicas. Em 2004,

realizaram adequações e ajustes neste Programa, que começou a se dirigir a adolescentes e jovens entre 13 e 24 anos, englobando o ensino fundamental e médio.

Em 2005, lançou-se a Política Nacional de Planejamento Familiar, uma parceria do Ministério da Saúde com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que fortaleceu a Política Nacional de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. Segundo o PNPM de 2008, esta política incluiu a vasectomia na Política Nacional de Cirurgias Eletivas e os anticoncepcionais em farmácias e drogarias credenciadas no Programa Farmácia Popular, que vende medicamentos com preços até 90% mais baixos, por serem subsidiados pelo MS. O credenciamento de 1.196 novos serviços nos hospitais da rede pública para a realização de laqueaduras (cirurgia para ligar as trompas) viabilizou um maior acesso das mulheres a este tipo de procedimento.

O Comitê CEDAW<sup>15</sup>, ao avaliar o VI Relatório Nacional Brasileiro, recomendou que o Brasil seguisse os seguintes itens:

- Prosseguisse com seus esforços para aumentar o acesso das mulheres à assistência à saúde, em particular aos serviços de saúde sexual e reprodutiva;
  - Fortalecimento de medidas que visem à prevenção da gravidez indesejada, inclusive aumentando o conhecimento e a conscientização sobre contracepção, bem como ao acesso a diferentes métodos contraceptivos e de planejamento familiar;
  - Monitore de perto a implementação do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna nos níveis estadual e municipal e que dê atenção prioritária à situação das adolescentes, propiciando educação apropriada sobre aptidões para a vida, com especial atenção para prevenção de gravidez, HIV/Aids e outras DST.
  - Acelere a revisão da legislação sobre a criminalização do aborto, com vistas à remoção das disposições punitivas impostas às mulheres e que proporcione acesso a serviços de qualidade para a gestão de complicações decorrentes de abortos não seguros.
- (Brasil, 2008, p. 79)

---

<sup>15</sup> Comitê das Nações Unidas que promove a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher.



#### 4. Descrição dos Dados

Duas fontes principais são usadas para coletar os dados: a base de dados do Banco Mundial, o *World Development Indicator*, e o banco de dados *IPUMS-International*, ambos que recolhem dados, no caso brasileiro, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (IPEA). As informações coletadas do banco de dados do Banco Mundial de 1960 a 2016 incluem:

- População dividida por sexo e idade;
- Participação da força de trabalho dividida por sexo e idade (de 15 a 24 anos ou acima de 15 anos);
- Fecundidade total das mulheres acima de 15 anos e fecundidade entre adolescentes de 15 a 19 anos;

As séries da população e as séries de fecundidade - tanto a total quanto a de adolescentes - apresentam dados de cada ano do intervalo temporal desejado para todos os países e conjuntos de países analisados.

No Brasil, os dados da força de trabalho, do período anterior ao fim da ditadura foram medidos apenas em 1960, 1970, 1973 e 1980.

Para coletar informações sobre educação, variável essa que apresentou extensa lacuna na base de dados de *World Development Indicator*, foi usado o banco de dados do *IPUMS-International*, fornecendo um conjunto de dados de mais de 42 milhões de indivíduos brasileiros, entrevistados em 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, e 2010, no Brasil. Já na Argentina, os dados estão disponíveis nos anos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010, enquanto no Chile, nos anos 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Toda a amostra brasileira do IPUMS vem do Recenseamento Geral, administrado pelo IBGE, que de 10 em 10 anos faz um novo levantamento. As amostras cobriram toda a Nação tanto em áreas urbanas como rurais, exceto em 1960, quando 11 estados não foram incluídos no censo.

As variáveis do conjunto de dados do *IPUMS-International* incluem:

- Sexo e idade
- Status no emprego: indica se o entrevistado faz parte da força de trabalho no momento do recenseamento.
- Nível educacional: variável que indica o nível de escolaridade em andamento ou concluído.

Note-se que, no Brasil, a divisão entre os diferentes graus de educação mudou várias vezes ao longo dos anos. Por isso, utiliza-se uma subdivisão baseada no padrão das Nações Unidas (seis anos de ensino primário, três anos de secundário e três do ensino superior) para ter comparabilidade na amostra<sup>16</sup>

Para a variável educacional, tem-se um nível de escolaridade detalhado: (i) sem escolaridade, (ii) anos iniciais do primário concluídos, (iii) quatro anos de primário concluídos, (iv) seis anos de primário concluídos, (v) anos iniciais do ensino secundário concluídos, (vi) secundário concluído, (vii) parte da universidade concluída e (viii) universidade concluída. Nesse estudo, somam-se os itens (v), (vi), (vii) e (viii) para realizar a análise da taxa de escolaridade a nível secundário e superior no Brasil, na Argentina e no Chile.

Já o *status* no emprego é dividido em: (i) empregado, (ii) desempregado, definido como uma pessoa que procura ativamente um emprego e (iii) inativo, ou seja, alguém que não está procurando um emprego.

É importante notar que, durante o recenseamento de 1960, não houve uma definição de desemprego, por isso não está claro se as pessoas que se indicavam como desempregadas estavam realmente procurando emprego ou simplesmente estavam inativos.

Também neste caso há outra variável mais detalhada que é o *status* detalhado<sup>17</sup> no emprego, que diferencia o desemprego de acordo com a experiência e as situações como tarefas domésticas, desativação, pensionistas, temporários e outros.

No que se refere à amostra IPUMS<sup>18</sup>, 4 milhões de indivíduos foram classificados, tanto na variável escolaridade quanto na variável status do emprego, como não pertencentes ao universo já que possuíam 5 ou menos anos, significando que eles não foram considerados para essas variáveis já que a escola no Brasil começa aos 6 anos.

---

<sup>16</sup> Disponível no site do IPUMS-Internacional:

< <https://international.ipums.org/international/>>, acesso em: 20 novembro de 2017.

<sup>17</sup> Idem 16.

<sup>18</sup> Idem 16.

## 5. Metodologia

O artigo "*Measuring Key disparities in Human Development: The Gender Inequality Index*" do *United Nations Development Programme* (PNUD) escrito por Gaye et al. (2010) descreve em detalhes as ineficiências dos vários índices utilizados para medir a desigualdade de gênero e afirma a superioridade do GII, criado pelo PNUD em 2010, como uma resposta às limitações dos vários índices utilizados antes (Gaye et al., 2010), como o *Gender Equity Index*<sup>19</sup> (GDI), o *Gender Empowerment Index*<sup>20</sup> (GEM) e o *Gender Equity Index*<sup>21</sup> (GEI). Este novo índice observa disparidades de gênero sob três dimensões e, para cada uma delas, o GII analisa diferentes indicadores:

- Saúde: taxa de mortalidade materna e índice de fecundidade em adolescentes;
- Empoderamento: população feminina e masculina com pelo menos ensino secundário e participação feminina e masculina nos assentos parlamentares;
- Mercado de trabalho: força de trabalho feminina e masculina e taxas de participação.

Segundo Gaye et al. (2010), para analisar a evolução da disparidade de gênero brasileira, primeiro parece razoável estudar a tendência do GII. No entanto, dada o intervalo temporal que se pretende analisar, os dados do GII não estão disponíveis. Ou seja, por causa da relativa juventude dos índices de desigualdade de gênero, não é possível encontrar séries temporais do GII ou medidas utilizadas anteriormente que poderiam abranger um período de mais de 50 anos.

Devido a esta razão e à falta de dados para os indicadores de assentos parlamentares e mortalidade materna, esta pesquisa irá se concentrar nas dimensões que compõem o GII de forma isolada: os dados sobre a fecundidade entre mães

---

<sup>19</sup> O GDI é um indicador das realizações em saúde, educação e renda para a população feminina e masculina. Foi criticado devido à sua forte correlação com o PIB do país e porque não é uma medida adequada da desigualdade de gênero, uma vez que sua análise deve ser emparelhada com o IDH para indicar o quanto a desigualdade de gênero diminui o desenvolvimento de um país.

<sup>20</sup> O GEM considera a participação das mulheres nas decisões econômicas, avaliadas pelas (i) ações de homens e mulheres em cargos administrativos, profissionais, gerenciais e técnicos, (ii) o controle dos recursos econômicos, medido pelo rendimento do trabalho, (iii) e a participação nas decisões políticas, medida por cotas femininas e masculinas dos assentos parlamentares. Foi criticado por ter uma base questionável e ser influenciado pelo viés da elite urbana (ou seja, suas dimensões não levam em consideração as mulheres na agricultura e no trabalho informal e isso exclui alguns aspectos do empoderamento) (Kalsen, 2006).

<sup>21</sup> O GEI mede as desvantagens das mulheres na participação da educação na economia e capacitação, dimensões previamente apresentadas separadamente pelo GDI e GEM, mas não foi considerado útil analisar a evolução da desigualdade de gênero ao longo do tempo.

adolescentes, a participação no trabalho e a educação são coletados e analisados separadamente.

Além disso, uma vez que as informações sobre a participação no trabalho apresentaram algumas lacunas durante o período da ditadura, realiza-se uma análise qualitativa e comparativa, isto é, observando a variação da tendência de cada uma das três variáveis de interesse para ver se alguma área foi afetada pela mudança do quadro político brasileiro.

O estudo da fecundidade é feita com base exclusiva nas informações do *World Development Indicator*, enquanto que, devido à falta de dados sobre educação no mesmo, tem-se como referência o conjunto de dados disponibilizados pelo IPUMS para observar a variação na escolaridade das mulheres.

## 6. Resultados no Brasil

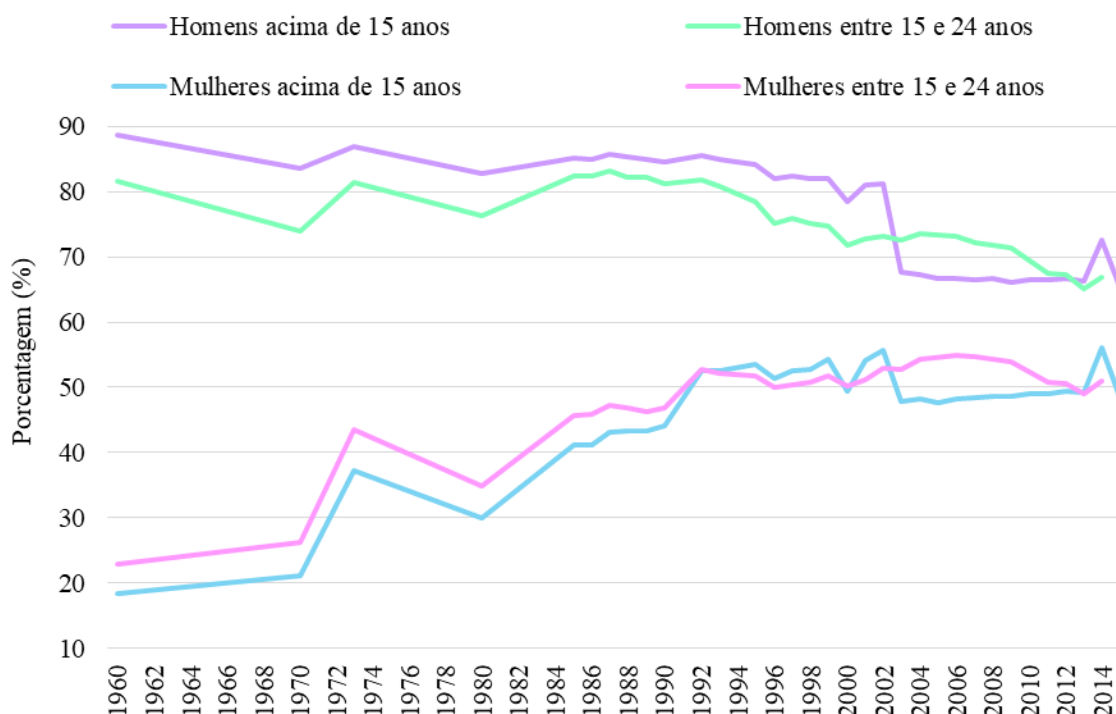
### 6.1 Participação No Mercado De Trabalho

#### 6.1.1 Força de Trabalho

De acordo com o Banco Mundial, a participação no trabalho é definida como a proporção da população economicamente ativa, ou seja, é a proporção de todas as pessoas que fornecem mão de obra para a produção de bens e serviços durante um período específico.

O Gráfico 1 mostra as taxas de participação no trabalho no Brasil de 1960 a 2014. Em particular, consiste em linhas que indicam as taxas de participação de (i) homens e mulheres jovens de 15 a 24 anos e as de (ii) homens e mulheres com mais de 15 anos de idade. Vale observar que os dados dos indivíduos com mais de 15 anos estão disponíveis inclusive para 2015, apresentando queda nos valores de ambos os sexos.

**Gráfico 1: Taxa de participação na força de trabalho\***



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial (IBGE).

Nota: Foram consideradas mulheres acima de 15 anos como porcentagem da população feminina com mais de 15 anos. Também foram consideradas mulheres entre 15 e 24 anos como porcentagem da população feminina entre 15 e 24 anos. O mesmo aconteceu com as taxas masculinas.

\*Estimativa nacional.

Olhando para a tendência das variáveis ao longo dos anos, vale a pena destacar duas tendências distintas em relação aos gêneros.

De um lado, mulheres com mais de 15 anos e mulheres entre 15 e 24 anos aumentaram sua participação na força de trabalho entre 1960 e 1990 - a porcentagem feminina total aumentou de aproximadamente 20% para quase 50%. Tal crescimento pode ser explicado pelo processo de industrialização e as conseqüentes mudanças sociais (Madeira et al., 1975), refletindo as políticas de emprego favoráveis reforçadas pela ditadura e continuadas pela democracia.

O que pode surpreender é que a participação feminina não parou de aumentar mesmo nos anos 80, período em que o Brasil sofreu uma séria crise econômica. De 1990 a 1992, observa-se um acentuado crescimento, e a partir de 1992, quase dez anos depois do fim do regime militar, a tendência permaneceu relativamente estável: cerca de 50% das mulheres fazem parte da força de trabalho. Este fato demonstra a nova posição socioeconômica assumida pelas mulheres nas últimas décadas estudadas.

Por outro lado, homens e homens jovens apresentam uma tendência diferente: em geral, a porcentagem total de homens que participaram na força de trabalho diminuiu ao longo do tempo e em 2011, pela primeira vez, ambas as variáveis resultaram em menos de 70%.

Comparando as duas categorias masculinas, é possível notar que as porcentagens totais diminuíram lentamente desde 1960. A taxa de participação dos homens entre 15 e 24 anos diminuiu de forma constante na década de 60 e apenas voltou ao nível inicial em meados dos anos 80, voltando a cair em 1992. Já nos anos mais recentes do gráfico, a taxa dos homens com mais de 15 anos diminuiu novamente, aproximadamente 10 pontos percentuais.

Mulheres e homens têm algo em comum: ambos apresentam algum tipo de correlação positiva a partir de 1970 até os dias atuais. O grande diferencial é que as taxas femininas aumentam em proporções maiores e diminuem em proporções menores do que as taxas masculinas. Desta forma, observa-se que as taxas femininas têm uma trajetória de crescimento ao longo dos anos enquanto as taxas masculinas têm uma lenta tendência decrescente.

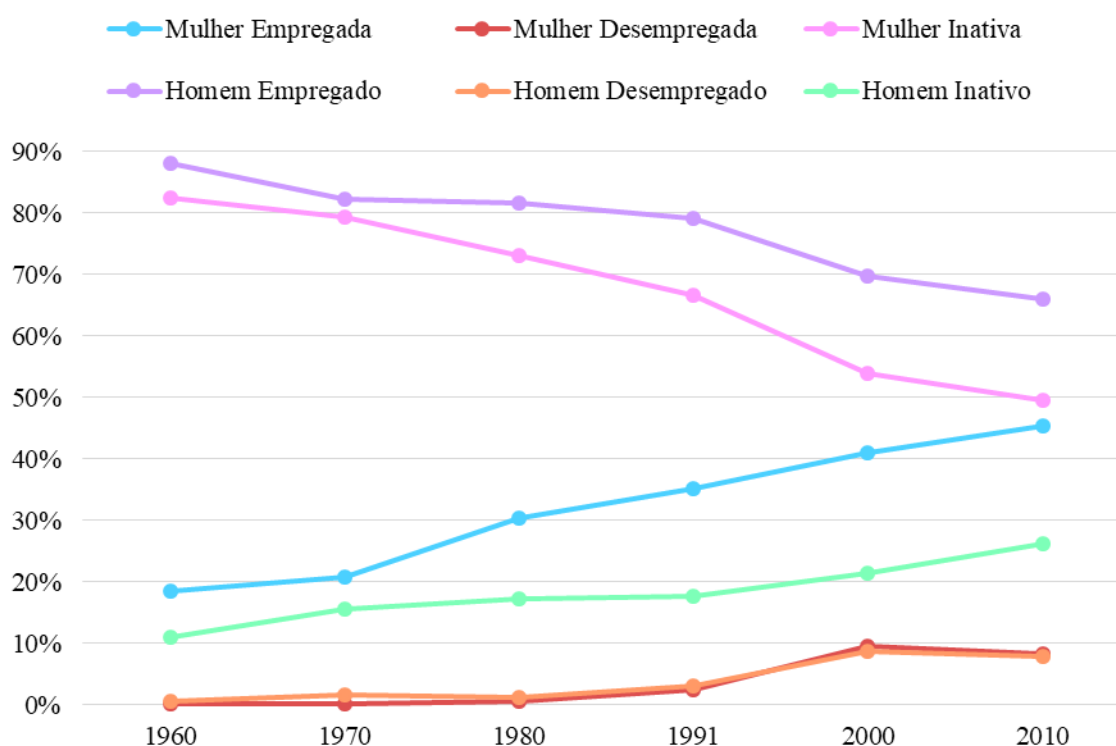
Entre 2002 e 2004, ocorreu uma queda brusca no percentual dos homens com mais de 15 anos e uma ligeira queda no das mulheres com mais de 15 anos, ambos acompanhados por crescimento da força de trabalho das pessoas entre 15 e 24 anos de ambos os sexos. Com isso, percebe-se que quem mais saiu da força de trabalho foram as

peças com mais de 24 anos, e os jovens entre 15 e 24 foram os mais participativos entre 2003 e 2012.

### 6.1.2 Status de Emprego

Entre 1960 e 2010, a estrutura de emprego no Brasil sofreu profundas mudanças devido à industrialização do país sendo interessante ver como a variável de status de emprego do IPUMS se moveu ao longo do tempo. Esses dados estão representados no Gráfico 2, que reúne essas cinco décadas, de acordo com o gênero, com as seguintes variáveis: desempregados, empregados e inativos.

**Gráfico 2: Taxa de status no emprego**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPUMS (IBGE).

Nota: Foram consideradas mulheres e homens com mais de 15 anos.

A tendência do desemprego nas primeiras três décadas é bem próxima de zero. Essa ocorrência pode ser devido ao fato de que no Censo de 1960 não havia definição de desemprego e as pessoas provavelmente se classificavam como inativas, mesmo quando estavam ativamente procurando emprego.

Os dados das décadas seguintes refletem o aumento das pessoas que se dizem desempregadas: entre 1991 e 2000, vemos um considerável acréscimo e, entre 2000 e 2010, observa-se seu ajuste em torno de 9% para mulheres e 8% para homens.

Outro aspecto interessante é a categoria inativa pois é possível ver que a tendência e a porcentagem de mulheres inativas, especialmente no início do período, são bem semelhantes às de homens empregados.

Tal fenômeno pode ser explicado pela constatação de que, no passado, a maioria das mulheres era responsável pela casa e pela criação das crianças, e portanto, eram classificadas, portanto, como inativas no mercado de trabalho. Este fato é refletido pelos dados: observando o *status* detalhado do emprego<sup>22</sup> entre as mulheres no início do período estudado - 46% indicaram seu trabalho como tarefas domésticas.

As porcentagens de homens e mulheres empregados refletem as tendências mostradas no Gráfico 1. De fato, a porcentagem de mulheres trabalhadoras aumentou significativamente ao longo dos anos, enquanto a dos homens resulta em menos empregados hoje do que antes.

Observa-se que, durante o regime militar, a taxa de emprego manteve-se relativamente estável para os homens e aumentou para as mulheres sugerindo que não há efeito negativo nesse aspecto que vale a pena ser destacado. No entanto, nenhum efeito significativo da crise dos anos 80 está presente nem no *status* de emprego, nem na porcentagem de homens e mulheres inativos.

Na última década estudada, os direitos e interesses femininos ganharam notoriedade na implementação de políticas públicas e assim, pode-se explicar o aumento acentuado do emprego entre as mulheres. (Agénor, Canuto, 2013)

No geral, a força de trabalho aumentou nos anos 90, embora a economia não tenha criado oportunidades de emprego suficientes para absorver a força de trabalho feminina na totalidade.

---

<sup>22</sup> Status detalhado do emprego fornecido pelo IPUMS – Internacional Sample

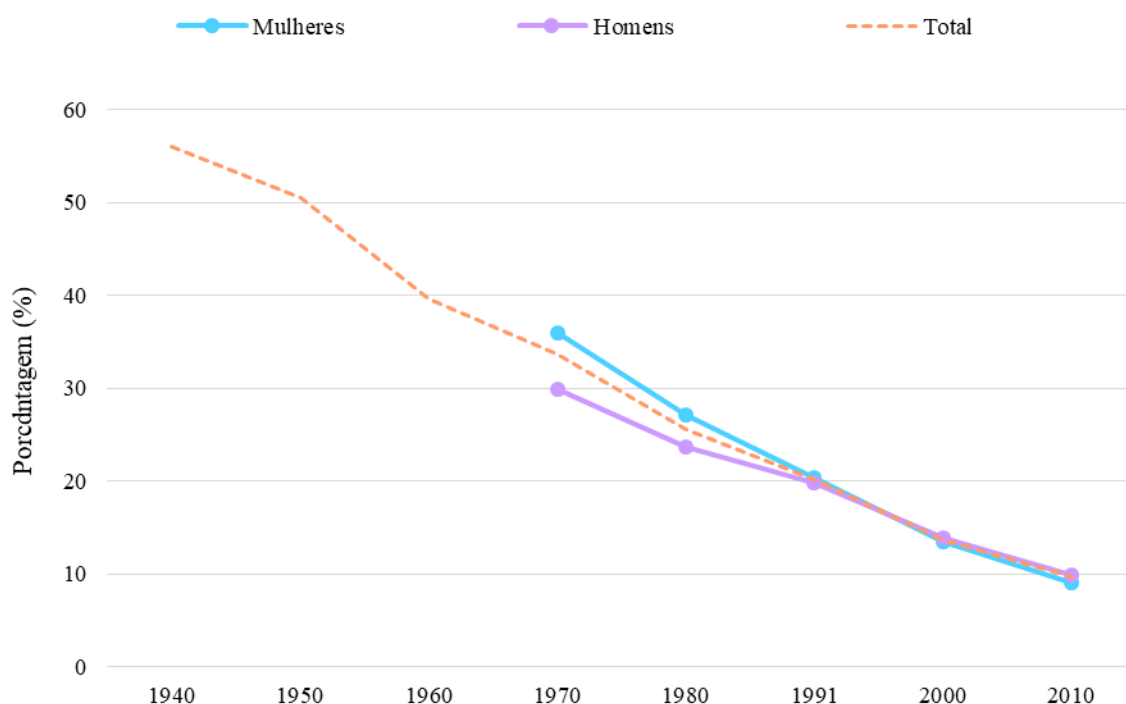


## 6.2 Educação

Nesta Seção são analisadas as taxas que representam os dois níveis de escolaridade observados de acordo com o gênero.

O Gráfico 3 mostra, entre 1940 e 2010, a taxa de analfabetismo entre indivíduos com mais de 15 anos.

**Gráfico 3: Taxa de analfabetismo**



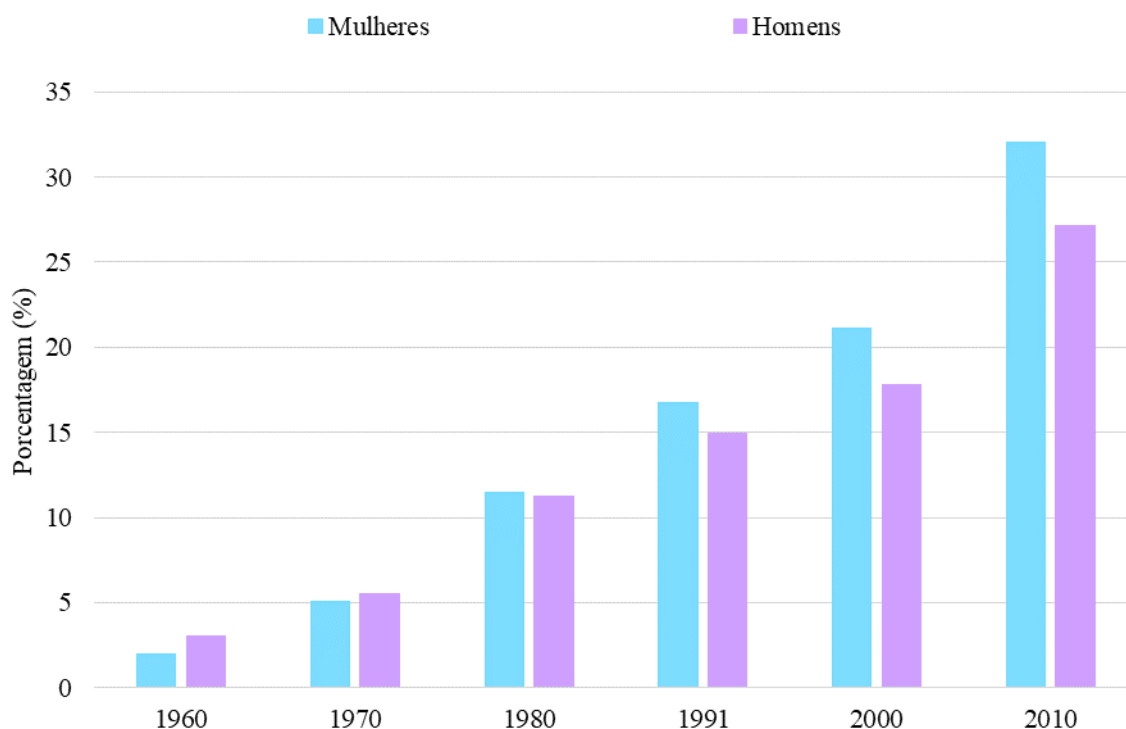
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Demográfico (IBGE).

Nota: Foram consideradas mulheres e homens com mais de 5 anos.

Por intermédio dos dados é possível verificar que a taxa de analfabetismo da população brasileira estava em acentuado declínio pelo menos desde 1940. Portanto, a redução do analfabetismo não se deve exclusivamente a alguma ação dos militares visto que já era uma tendência perceptível desde as décadas anteriores.

A partir de 1970, os dados foram separados de acordo com o gênero. Desta forma, verifica-se que nas décadas de 70 e 80, havia mais mulheres analfabetas do que homens. Em 1991 as taxas convergem e permanecem equiparadas até 2010.

Já o Gráfico 4 mostra, entre 1960 e 2010, a evolução da parcela de homens e mulheres com pelo menos o ensino secundário completo ou em andamento.

**Gráfico 4: Taxa de escolaridade a nível secundário e superior**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPUMS (IBGE).

Nota: Foram considerados mulheres e homens com mais de 5 anos

O que se pode notar é que 1960 e 1970 são caracterizados por uma maior percentagem de homens que estavam frequentando ou que haviam concluído o ensino secundário em comparação com as mulheres. Há um ponto de convergência na década de 1980 e, depois disso, há uma tendência divergente que continua até 2010 com uma percentagem maior de mulheres educadas a nível secundário em relação aos homens.

A tendência geral na educação mostra que as mulheres foram capazes de superar os homens na educação e, conforme relatado nos estudos de Francisco Parro (2012), está de acordo com o que aconteceu na maior parte do mundo. O autor mostrou um aumento na diferença educacional entre mulheres e homens no intervalo de 1950 e 1975 e uma tendência decrescente a partir de 1975, que se inverteria nas décadas posteriores, fazendo com que a taxa feminina de escolaridade se tornasse maior que a do homem, como refletido nos dados.

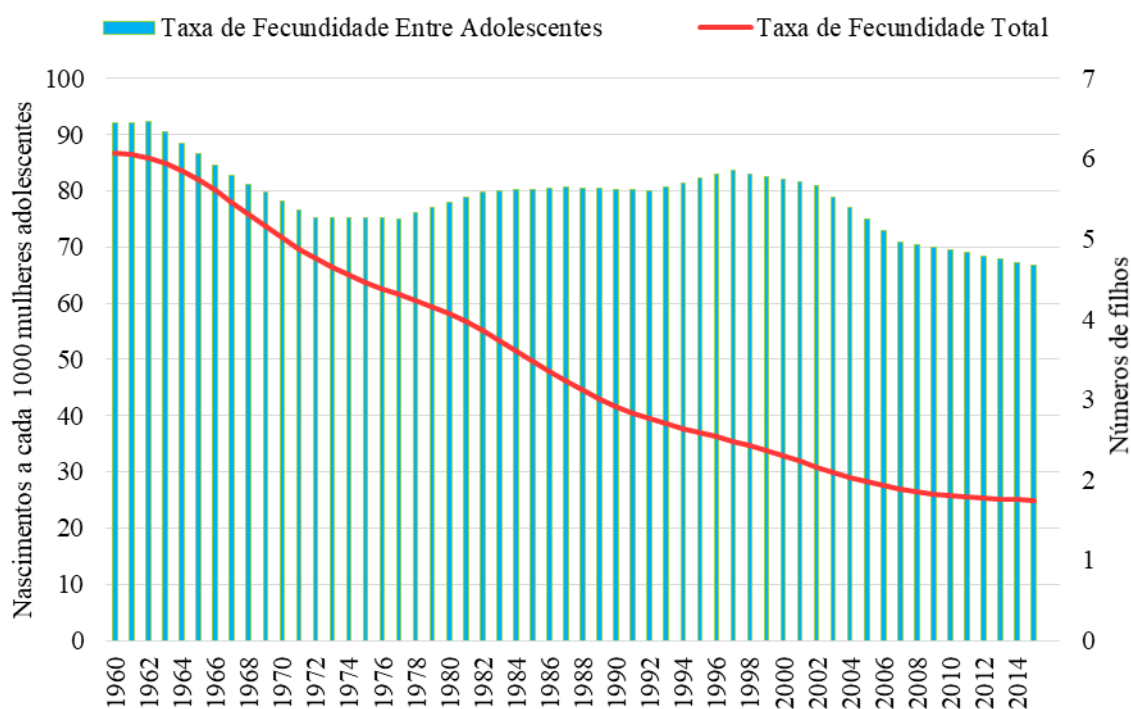
As observações de Parro podem ser válidas no Brasil graças também as políticas educacionais que ocorreram no país durante a ditadura militar. O aumento da diferença educacional entre mulheres e homens, no período entre 1950 e 1970, e seu subsequente declínio, em torno de meados da década de 70, deve-se principalmente às políticas públicas organizadas à época.

Observa-se, então, que esse diferencial entre mulheres e homens, a nível de escolaridade secundária, tem uma tendência de crescimento nas últimas décadas analisadas, favorecendo as mulheres, enquanto em relação ao analfabetismo, a tendência converge para paridade.

### 6.3 Fecundidade

Para analisar a fecundidade da mulher brasileira, é conveniente primeiramente analisar o Gráfico 5, que mostra a tendência das taxas de fecundidade da totalidade de mulheres e da parcela adolescente.

**Gráfico 5: Fecundidade Total e Entre Adolescentes**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial (IBGE).

Nota: Foram consideradas mulheres adolescentes entre 15 e 19 anos.

Como pode ser visto a partir dos dados, a taxa de fecundidade total vem diminuindo constantemente desde meados da década de 60. Este processo ocorreu sem intervenções governamentais eficazes para mudar o comportamento reprodutivo da população até a década de 80.

Comparando a fecundidade entre adolescentes e a taxa de fecundidade total, uma tendência paralela é evidente até a década de 70, e, em seguida, dois caminhos

divergentes podem ser notados, devido, principalmente, à queda constante da taxa de fecundidade total.

De acordo com Amaral et al. (2015) dois fatores afetaram a taxa de fecundidade total: um aumento das mulheres no mercado de trabalho (como os dados confirmam) e um aumento no custo dos alimentos em relação ao preço dos bens manufaturados, aumentando o custo de criar uma criança em comparação com as décadas anteriores.

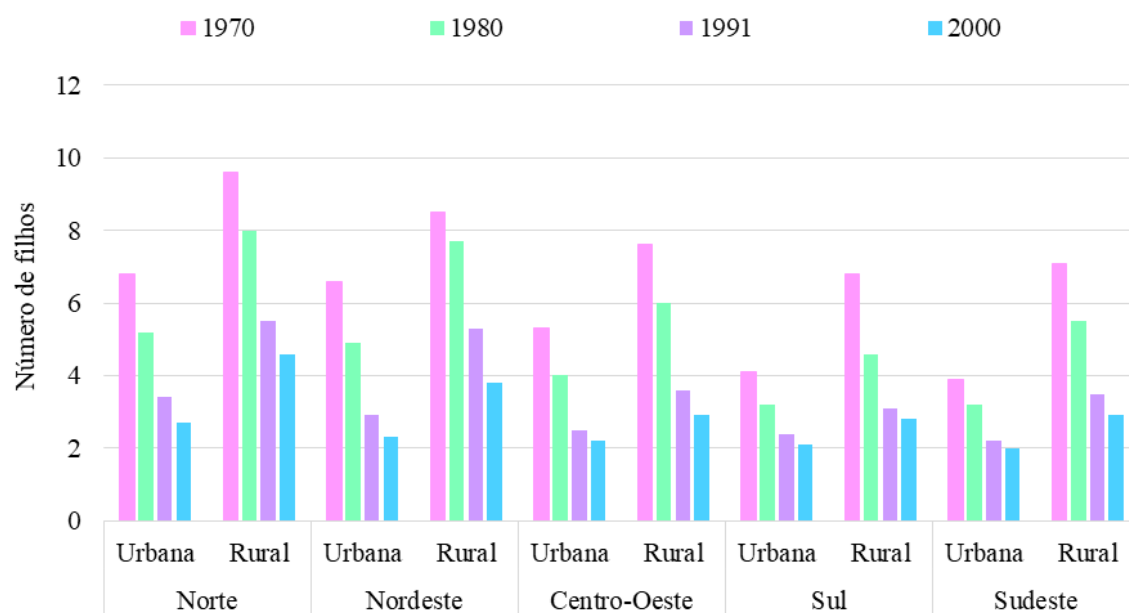
Outra interpretação interessante é proposta por La Ferrara et al. (2013) que observou uma causalidade entre a queda da fecundidade nas regiões do país e a respectiva introdução da Rede Globo, o principal produtor de telenovelas no Brasil. Essa relação pode ser explicada pela identificação de mulheres brasileiras com personagens femininas apresentadas como independentes nas novelas, com poucas crianças e, muitas vezes, divorciadas ou não casadas.

Como também sublinhado pela La Ferrara et al. (2013), apesar das causas dessa queda, a fecundidade adolescente não é afetada. No Brasil, essa taxa aumenta ligeiramente e, em seguida, permanece constante em torno de 80 partos por 1000 mulheres jovens até o início dos anos 90. Somente durante as últimas décadas há outra tendência decrescente (de 81 para 66 nascimentos). Observa-se que a transição de fecundidade experimentada pelo Brasil não tem sido um fenômeno homogêneo.

Gupta & Leite (1999) identificam uma maior contribuição dos indivíduos que vivem no Nordeste do Brasil como justificativa do aumento da fecundidade adolescente. Este fato é consistente com os estudos de Amaral et al. (2015) por dois motivos: primeiro, os autores afirmam que a probabilidade de uma mulher ter uma criança é maior nas regiões Norte e Nordeste - depois, reconhecem que os indicadores socioeconômicos têm forte correlação com as taxas de fecundidade no Brasil.

No Gráfico 6, pode-se ver a fecundidade da zona urbana e rural de cada região do país no intervalo de 1970 a 2010.

Ao analisar tal Gráfico, obtém-se os seguintes resultados: (i) regiões com menores indicadores apresentam maior fecundidade, (ii) as zonas rurais de todas as regiões também mostram o mesmo resultado e, logo, (iii) mulheres de zonas rurais de regiões com menores indicadores socioeconômicos são as que mais engravidam.

**Gráfico 6: Fecundidade por situação urbana e rural nas grandes regiões**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Demográfico (IBGE).

## 7. Comparações Internacionais

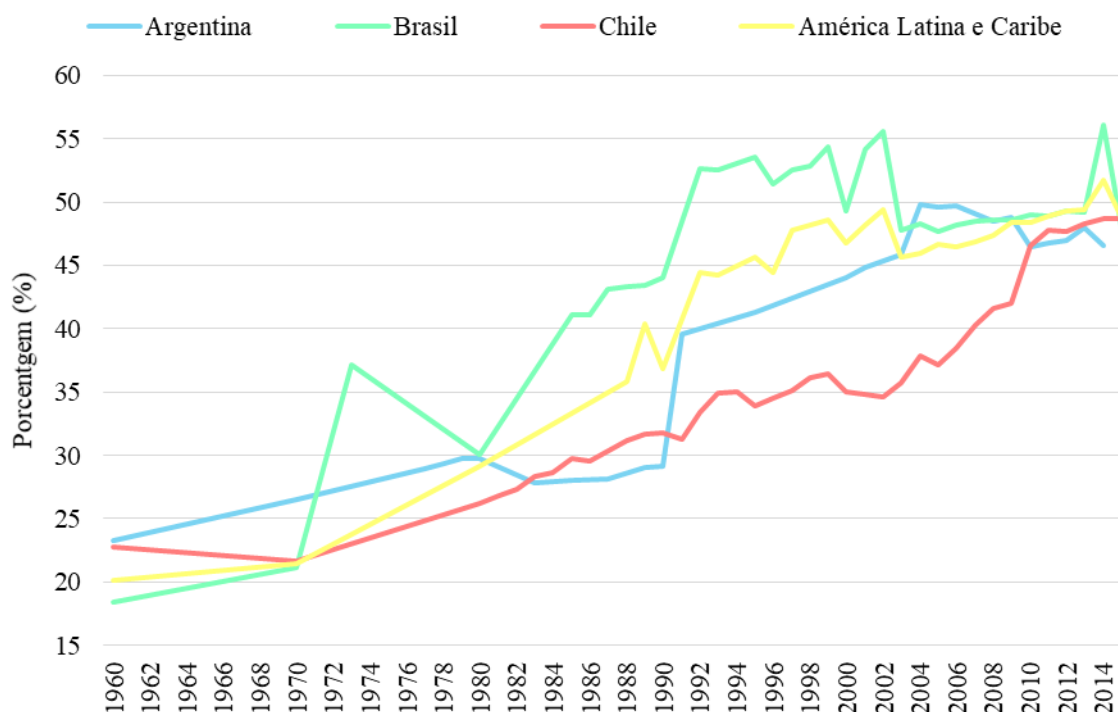
Nesta Seção são apresentadas comparações entre as taxas brasileiras e as taxas das variáveis entendidas como relevantes para o presente estudo, de acordo com a disponibilidade de dados no intervalo desejado.

Como a América Latina foi fortemente marcada por três ditaduras militares, as variáveis da Argentina e do Chile foram escolhidas como as de interesse para a realização desta análise comparativa internacional. Vale lembrar que a ditadura argentina durou de 1966 até 1973, enquanto a chilena foi de 1973 até 1990.

### 7.1 Participação no Mercado de Trabalho

As taxas de participação na força de trabalho da população feminina com mais 15 anos do Brasil, Argentina e Chile são apresentadas juntamente com as taxas referentes à média dos países da América Latina no Gráfico 7.

**Gráfico 7: Taxa de Participação Feminina na Força de Trabalho\***



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial (IBGE).

Nota: Foram consideradas mulheres acima de 15 anos como porcentagem da população feminina.

\*Estimativa nacional.

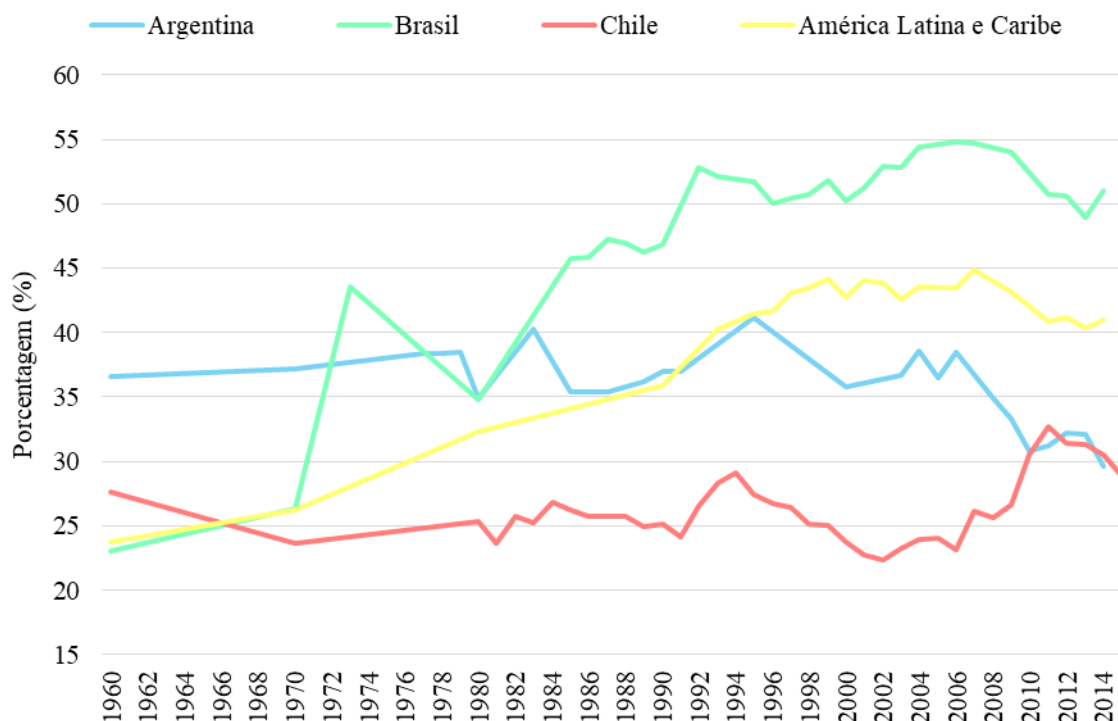
A Argentina apresenta um constante crescimento da taxa de participação na força de trabalho entre mulheres com mais de 15 anos no período ditatorial, porém tal tendência vem desde antes. Nos anos 80, a taxa sofre uma queda e permanece estável até 1990, quando ocorre um forte aumento e uma tendência de crescimento até meados dos 2000.

Já o Chile, alguns anos antes da implementação do regime militar, apresentava uma tendência de queda nas taxas de participação feminina. Em 1970, observa-se um crescimento que permanece durante toda a ditadura e perdura ao longo de todo o regime democrático.

É interessante perceber que os três países observados e a média dos países da América Latina apresentam uma tendência de crescimento da taxa feminina que parte de aproximadamente 20% para quase 50% da força de trabalho. Nota-se também que as taxas convergem ao longo dos anos.

Já no Gráfico 8, a taxa de participação das mulheres jovens entre as variáveis analisadas é bastante diversificada.

**Gráfico 8: Taxa de Participação Feminina Jovem na Força de Trabalho\***



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial (IBGE).

Nota: Foram consideradas mulheres entre 19 e 24 anos como porcentagem da população feminina jovem.

\*Estimativa nacional.

O Brasil e a média dos países da América Latina apresentam uma tendência positiva parecida, porém com níveis diferentes.

De forma contrária, a Argentina apresentou estabilidade no período militar enquanto, no regime democrático, uma série de flutuações levam a uma queda na taxa de quase 7%, comparada aos anos iniciais no período estudado.

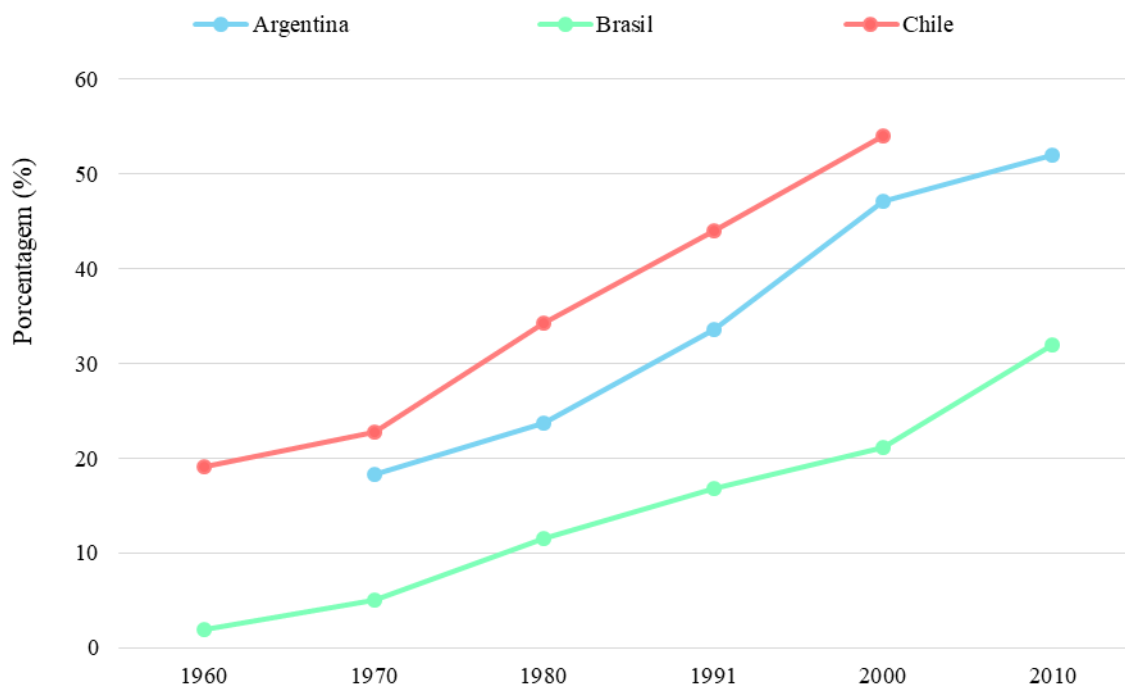
O Chile, assim como a Argentina, demonstra aparente estabilidade no período ditatorial e, hoje em dia, após algumas variações, a taxa se encontra praticamente a mesma da de 1960.

Tais resultados referentes à taxa de participação na força de trabalho de mulheres entre 15 e 24 anos podem estar ligadas ao nível educacional apresentado no próximo item.

## 7.2 Educação

No Gráfico 9, são exibidas as taxas educacionais referentes ao ensino secundário e superior das mulheres brasileiras, argentinas e chilenas.

**Gráfico 9: Taxa de Escolaridade Feminina a Nível Secundário e Superior**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPUMS (IBGE).

Nota: Foram consideradas mulheres com mais de 5 anos.



Os três países apontam melhorias no nível educacional das mulheres: desde o ano inicial até o final da amostra de cada país, as taxa educacionais femininas do Brasil, Argentina e Chile aumentaram de 30 a 35%.

Infelizmente, no caso argentino, não foram encontrados dados para o ano de 1970, o que dificulta a análise entre os dois regimes. Entretanto, pode-se averiguar que a inclinação da reta entre 1980 e 2000 é mais intensa do que entre 1970 e 1980. Isso pode ser um indicador de que, entre esses anos democráticos, o nível educacional feminino melhorou mais do que na década anterior.

O Chile exhibe uma forte tendência crescente nas décadas do regime ditatorial e uma maior inclinação durante este mesmo período do que entre 1960 e 1970. Entretanto, não se pode atribuir esse feito somente aos militares já que essa é uma tendência observada também no Brasil e na Argentina enquanto países democráticos.

Aliás, o Brasil teve o maior aumento entre 2000 e 2010 graças ao cenário socioeconômico mundial e as políticas públicas incentivadas pelo governo democraticamente eleito.

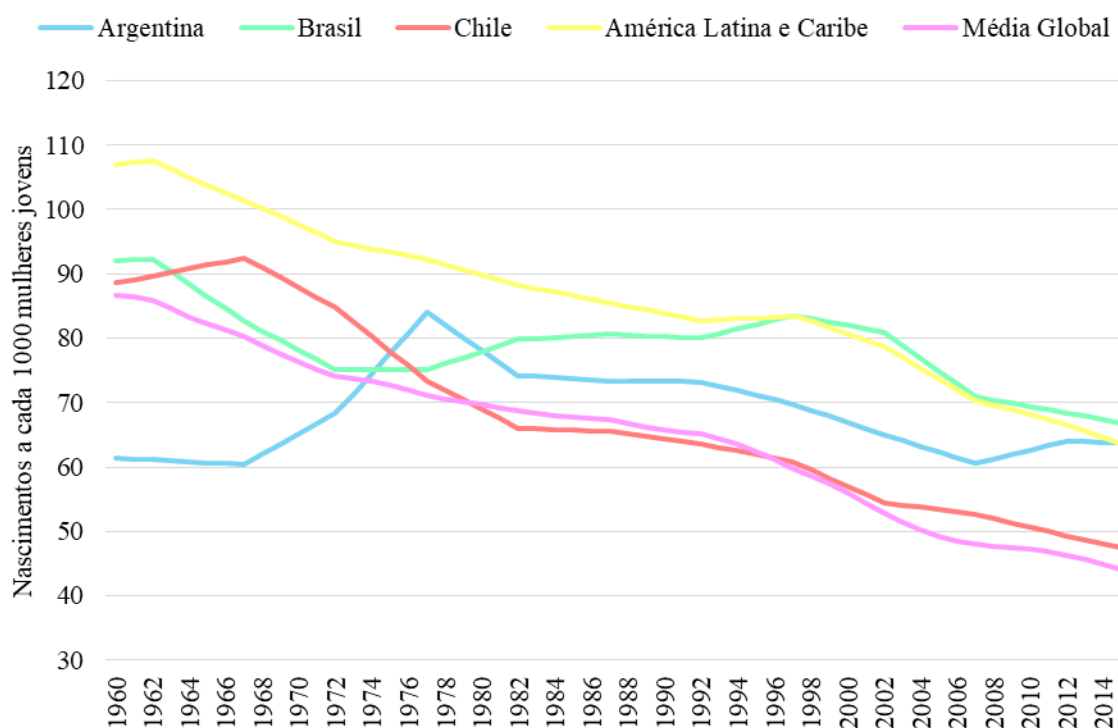
Por fim, pode-se comparar com o Gráfico 8 da Seção anterior e perceber que, muito possivelmente, a menor taxa de escolaridade brasileira faz com que mulheres entre 15 e 24 anos entrem pra força de trabalho mais cedo, enquanto na Argentina e no Chile, essas taxas são menos elevadas pelo fato de muitas mulheres jovens se dedicarem completamente aos estudos.

## 7.3 Fecundidade

### 7.3.1 Fecundidade na América Latina

Nesta Seção, além das variáveis observadas anteriormente, incluiu-se a média global. O Gráfico 10 representa a fecundidade entre adolescentes de 15 a 19 anos, contando o número de nascimentos a cada 1000 mulheres.

**Gráfico 10: Fecundidade Entre Adolescentes**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial (IBGE).

Nota: Foram consideradas mulheres adolescentes entre 15 e 19 anos.

Observa-se que a média da América Latina é maior do que de todas as outras variáveis analisadas até que, em 1996, a média latina se torna ligeiramente menor do que a brasileira.

Vale ressaltar que os resultados brasileiros, argentinos e latinos são maiores que a média global, ou seja, latinas adolescentes engravidam mais que a média do mundo. De forma geral, percebe-se uma tendência decrescente na fecundidade entre adolescentes de 15 a 19 anos.

Entretanto, não se pode dizer o mesmo sobre a Argentina. Apesar de estar diminuindo desde 1976, a partir de 2007 o número volta a subir lentamente e parece

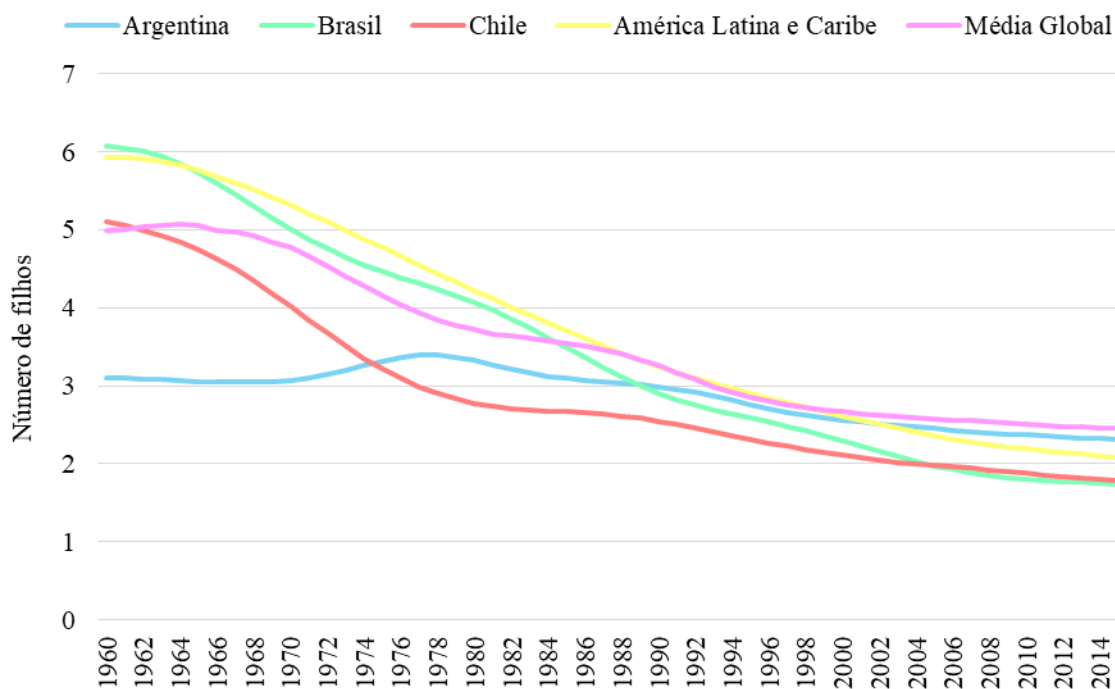
estar se estabilizando. No Gráfico acima, fica muito evidente que, entre 1966 e 1976, exatamente os anos da ditadura argentina, o número aumenta bruscamente, voltando ao nível inicial apenas em 2007.

De todas as outras variáveis de interesse, o Chile foi o único que apresentou dados parecidos com o da média global, acompanhando a tendência global de queda, a partir de 1967. Ou seja, durante todo o regime ditatorial este valor foi decrescente.

Já o Brasil, que até o início dos anos 70 estava acompanhando a média global, é caracterizado por um aumento até 1997 e, desde então, vem caindo de forma sutil.

O Gráfico 11, por sua vez, expõe a fecundidade entre todas as mulheres. O que pode ser claramente observado é que a tendência vem caindo desde 1960. A partir de 2000, a trajetória vem se estabilizando e parece estar convergindo para dois filhos por mulher. Interessante perceber que a Argentina já apresentava baixa fecundidade desde o início do período verificado.

**Gráfico 11: Fecundidade Total**



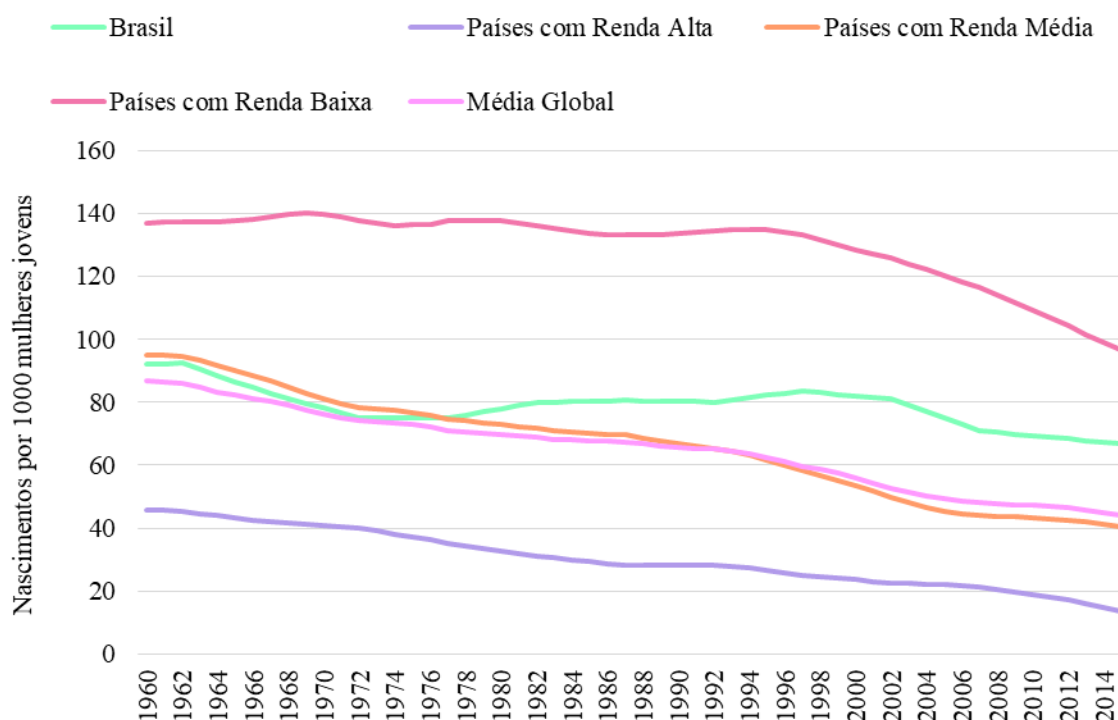
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial (IBGE).

Nota: Foram consideradas mulheres com mais de 15 anos.

### 7.3.2 Fecundidade de Acordo com a Renda dos Países no Mundo

Desta vez, entre as variáveis de interesse, além a do Brasil e da média global, incluem-se também as médias dos países de alta, média e baixa renda.

**Gráfico 12: Fecundidade Entre Adolescentes**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial (IBGE).

Nota: Foram consideradas mulheres adolescentes entre 15 e 19 anos.

O Gráfico 12 mostra que países com renda baixa têm um número muito maior de filhos nascidos de mães adolescentes do que todas as outras variáveis estudadas. Já os países com renda alta têm o menor resultado dentre os encontrados.

Apesar de ambos terem reduzido a fecundidade ao longo dos anos, a diferença entre os países de alta e baixa renda é de quase 100 nascimentos por 1000 mulheres no início do período, e diminuiu pouquíssimo até chegar nos dias atuais. Essa é uma evidência de que os países ricos se encontram em posições mais favorecidas quando o assunto é igualdade de gênero.

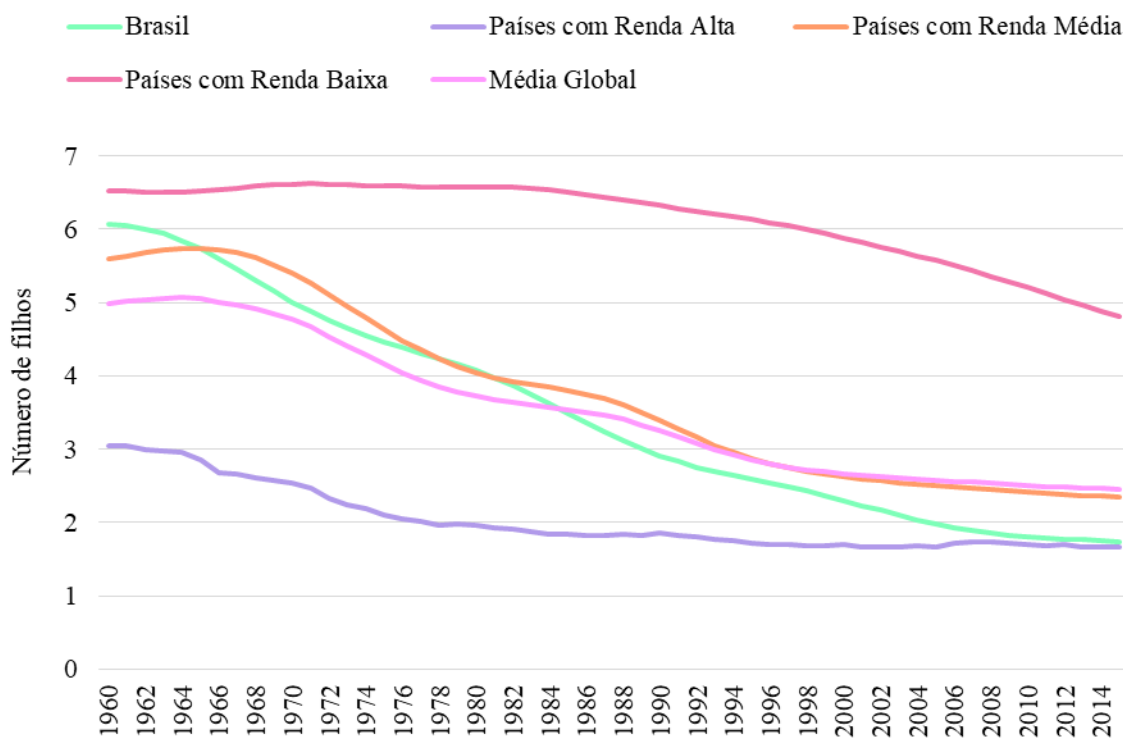
A média tanto global quanto dos países com renda média apontam uma similaridade ao longo de todo o intervalo, sendo acompanhada pelo Brasil somente até o início dos anos 70.

Em 2015, o Brasil estava entre a média dos países pobres e as médias global e de países com renda média. Este fato demonstra a correlação entre nascimentos vindos de

mães adolescentes e a situação socioeconômica dos países. Com isso, pode-se atentar que, em países pobres, muitas mulheres sofrem mais barreiras educacionais e de inserção no mercado de trabalho do que em países ricos.

No Gráfico 13, a fecundidade total é apresentada e observa-se uma tendência parecida com a do Gráfico anterior. Vale ressaltar que desta vez o Brasil, que em 1960 se encontrava muito próximo à média dos países de baixa renda, em 2015 se encontrou praticamente equiparado aos países de renda alta.

**Gráfico 13: Fecundidade Total**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial (IBGE).

Nota: Foram consideradas mulheres com mais de 15 anos.

## 8. Conclusões

A análise da tendência da igualdade de gênero referente ao mercado de trabalho, educação e fecundidade, entre os dois diferentes regimes que caracterizam o Brasil desde 1960 apresenta, no geral, resultados positivos à favor das mulheres.

Nota-se que tanto o regime militar quanto o democrático conseguiram promover o desenvolvimento e o crescimento por intermédio da implementação de políticas públicas que conseqüentemente levaram a: (i) um aumento na participação na força de trabalho, (ii) maiores níveis educacionais e (iii) redução da taxa de fecundidade total.

É plausível concluir que existe uma relação entre as maiores taxas de participação no trabalho, a redução da fecundidade e o aumento da matrícula feminina no ensino secundário e superior.

Nos anos iniciais do período estudado, a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro pode ser atribuída à industrialização e às mudanças sociais que vieram como consequência deste processo (Madeira et al., 1975). Assim, o padrão observado nos gráficos reflete as políticas favoráveis ao emprego reforçadas pelo regime militar e continuadas pelo regime democrático.

Atrelado a esse processo de industrialização, o maior custo de criar filhos, devido ao encarecimento do custo de vida, impactou negativamente a atitude das mulheres de ter filhos em idade adulta. Essa tendência permitiu que as mulheres trabalhassem mais.

A adoção de políticas voltadas para o aumento do ensino secundário e para o desenvolvimento de um plano nacional de educação, durante a ditadura, aumentou a demanda por educação em 1975, contribuindo para a tendência crescente da educação feminina. Conseqüentemente, a frequência mais ativa nas escolas, permitiu que as mulheres participassem mais de empregos formais e setores industriais, aumentando a participação na força de trabalho, e contribuiu para um declínio na fecundidade das mulheres.

Para complementar, no período do regime militar, o governo promoveu uma reforma nas universidades para garantir o apoio da classe média e cujo efeito foi um aumento na possibilidade de ser aceito em uma instituição de ensino superior. Essa medida também estava de acordo com uma tentativa, por parte dos militares, de atender à crescente demanda por qualificações profissionais de acordo com seu compromisso internacional (Beltrão & Alves 2009).

Com a implementação de políticas educacionais em 1975, as taxas no ensino assumiram uma tendência crescente e, em particular, a partir de 1985, com a redemocratização do país, e 1988, com a atual Constituição brasileira, o processo se expandiu de forma acentuada.

A Constituição de 1988 garantiu às mulheres tanto direitos civis e familiares quanto uma educação igualitária permitindo assim, que as mulheres brasileiras pudessem avançar na conquista do ensino superior. Esse progresso contribuiu para o fortalecimento da importância dada aos movimentos de mulheres permitindo-lhes a participação na transformação social que estava acontecendo naqueles anos pós ditadura. Desta forma, esses dados confirmam as descobertas de Viterna (2008 e 2012) sobre a importância dos movimentos sociais feministas em períodos de transição e de pré-transição.

Alves (1994), ao descrever a história brasileira, também afirma a importância desses movimentos e, em particular, ressalta que foi somente a partir de 1930, quando as mulheres tiveram o direito de votar, que a situação começou a mudar substancialmente.

Além disso, Alves (1994) acrescenta que a revolução sexual na década de 60, não só permitiu a disseminação da contracepção, mas também permitiu a emancipação das mulheres, aumentando a importância dos movimentos feministas que já haviam lutado contra a escravidão e a favor de uma república desde o início do século XX.

Já na década de 70, o movimento das mulheres tornou-se uma entidade coletiva fortemente influenciada pelas conquistas anteriores, e que lutou contra o regime militar visando a um nível mais elevado de educação e de participação política.

O presente estudo parece apresentar uma contribuição dos movimentos de mulheres para a educação feminina no período democrático. Por meio do voto e da participação, as mulheres conseguem melhorar suas condições e incluir na agenda política pautas que as favorecem.

Mesmo que este estudo não analise a participação dos assentos parlamentares devido à falta de dados, é possível observar uma melhora nesta dimensão de capacitação: o número de congressistas federais eleitas saltou de 4, em 1978, para 8, em 1982, até que em 1986, esse número chegou a 26<sup>23</sup> (Barros, 2015).

---

<sup>23</sup> Disponível em:

<<http://buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/observatoriodoegov/article/viewFile/34379/33240>>, acesso em 22 de novembro de 2017.

Apesar de representar menos de 10% da Casa, essas 26 congressistas tiveram um papel importante a desempenhar nos debates sobre a Assembleia Constituinte e foram fundamentais quando se trata de conquistar a igualdade de direitos para os sexos.

Em geral, o caminho crescente das mulheres na educação, que começou de forma mais intensa em 1975, não mudou quando houve a troca de regime, sugerindo que as políticas implementadas durante o regime militar conseguiram influenciar a cultura educacional em uma perspectiva de longo prazo e contribuir para aumentar a participação na força de trabalho.

Para explicar o aumento acentuado do emprego feminino ao longo dos últimos anos, deve-se notar que, desde 2000, os direitos e interesses das mulheres ganharam importância na implementação de políticas públicas (Agénor & Canuto, 2013). Além do mais, segundo dados do Banco Mundial de 2009, a taxa de participação da mulher no mercado de trabalho no Brasil é alta em comparação com outros países, inclusive países ricos.

O padrão geral mostra como as mulheres estão adquirindo uma nova posição social e econômica no Brasil nos últimos anos em relação aos anos iniciais do gráfico - inclusive, aponta para uma convergência entre as taxas femininas e masculinas de participação no mercado de trabalho. No entanto, o mercado brasileiro não conseguiu absorver o aumento da oferta dada pelo aumento da participação da força de trabalho.

Segundo Earnst (2008), embora a porcentagem de mulheres empregadas tenha aumentado ao longo dos anos, o número de oportunidades de trabalho para mulheres parece ser inferior ao número de mulheres que se integram na população urbana. Como resultado, os empregos domésticos remunerados expandem-se e assim, muitas mulheres delegam tarefas domésticas à outras mulheres, enquanto as mais pobres encontram uma fonte de renda nesses empregos. Ou seja, os afazeres domésticos ainda estão diretamente associados à figura da mulher na nossa sociedade.

Outro fator muito relevante é a condição socioeconômica dos indivíduos e das regiões que, quando desfavoráveis, acabam dificultando o desenvolvimento da paridade de gênero, promovendo muitas vezes uma gravidez precoce que, em grande parte dos casos, impede as mulheres de explorar um caminho educacional e ganhar independência financeira e profissional.

Em geral, pode-se observar, pelo que demonstram os dados, que a transição democrática não parece ter desempenhado um considerável papel no declínio da fecundidade adolescente, considerando também as poucas e ineficazes políticas que



foram empreendidas nesse aspecto. Tais políticas são essenciais para uma melhora nas condições socioeconômicas das mulheres brasileiras, principalmente as de baixa renda.

Embora este estudo mostre tendências positivas em termos de igualdade de gênero, o Brasil continua sendo um país desigual com as diferenças entre gêneros em termos de salários e oportunidades.

Hoje, o Brasil tem um GII de 0,687 e está classificado como 79º dentre 144 países, segundo o *World Economic Forum Ranking*<sup>24</sup>. Como mostram os dados, as mulheres têm agora mais oportunidades de estudar e ter um emprego, o que sugere que o GII continuará movendo-se por um caminho de desigualdade decrescente.

Essa monografia trata de examinar como diferentes regimes afetaram os indicadores de disparidade de gênero: ao controlar as tendências dos três proxies, é possível concluir que a diferença de gênero reduziu ao longo dos anos, graças a melhorias na educação e no mercado de trabalho e à redução da taxa de fecundidade entre as brasileiras.

Entretanto, diferentemente do que inicialmente se esperava, observa-se que não houve uma quebra estrutural nas tendências estudadas entre o regime ditatorial e o democrático. O que fica evidenciado é uma continuação das trajetórias, indicando que a democracia foi capaz de dar continuidade às políticas anteriores e ganhou forças para prosseguir de forma crescente no caso da educação e da participação na força de trabalho e decrescente do quesito fecundidade total. Por outro lado, também foi incapaz de reduzir drasticamente a maternidade entre adolescentes, assim como o governo militar.

As comparações com Argentina e Chile apontam que, de maneira geral, a transição democrática ocorreu de forma sutil nesses indicadores, não havendo nenhuma disparidade entre regimes.

A única exceção foi a fecundidade argentina entre adolescentes que aumentou de forma intensa exatamente nos anos do governo militar. Porém, de forma geral, observa-se que grande parte das transformações ocorridas nesses três países foi graças também ao cenário internacional e ao processo de industrialização da América Latina.

Ao longo do estudo, percebeu-se a importância de serem criadas políticas públicas para dar continuidade à educação e a participação na força de trabalho. No entanto, a literatura, os dados e as comparações internacionais evidenciam o quão fundamental é o

---

<sup>24</sup> Organização sem fins lucrativos que reúne os principais líderes empresariais e políticos, assim como intelectuais e jornalistas para discutir as questões mais urgentes enfrentadas mundialmente.

investimento em políticas de conscientização à todos os gêneros para conter a fecundidade entre adolescentes<sup>25</sup> (Brasil, 2008).

Apesar da leve redução, ainda há muito o que ser feito para garantir que todas continuem seus estudos e seu processo de qualificação profissional. Aliás, esse é um dos fatores que distancia o Brasil dos países de renda alta e impede que mais mulheres tenham acesso igual de oportunidades.

Vale ressaltar que a presente pesquisa apresenta limitações. Para captar melhor as dimensões propostas pelo GII, seria necessário que houvessem dados referentes a mortalidade materna e participação no congresso no recorte temporal utilizado neste estudo. No mais, também seria interessante, por exemplo, estudar a diferença de gênero brasileira que pode ocorrer pelo controle de religiões, etnia, análise espacial e renda.

Apesar dessas limitações, o estudo é válido para confirmar, por meio da base teórica e dos dados, que a democracia trouxe melhorias em questões de gênero, trazendo consequentemente um aumento da cidadania para a população feminina. Vale ressaltar que muitas medidas tomadas pelo governo militar foram essenciais para que a democracia tivesse as atuais condições. Pode-se dizer que muitos passos foram dados com a ditadura e alargados com a democracia. De qualquer forma, é importante destacar que a liberdade de expressão e o livre acesso à informação são variáveis difíceis de se mensurar, mas que fazem parte intrínseca do processo de conscientização acerca da igualdade de gênero.

---

<sup>25</sup> Disponível no site do Portal MEC:

<[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional\\_politicamulheres.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf)>, acesso em 22 de novembro de 2017.

## 9. Referências Bibliográficas:

AGÉNOR, P.-R., CANUTO, O. *Gender equality and economic growth in Brazil*. World Bank, 2013.

ALVES, J. *Mulheres em movimento: voto, educação e trabalho*, 2003.

AMARAL, E., ALMEIDA, M., GONCALVES, G. *Characterization of fertility levels in Brazil, 1970-2010*. RAND, 2015.

ARROM, S. M. *Women resist dictatorship: voices from Latin America*. Em *Women's history review* (p. 309-314), 2002.

BARROS, A. T. *Internet e Política para Mulheres, Democracia Digital e Governo Eletrônico*, Florianópolis, (p 183-211), 2015.

BEER, C. *Democracy and gender equality*, Article in *Studies in Comparative International Development*, University of Vermont, 2009.

BELTRAO, K., ALVES, J. *Reversal of the gender gap in Brazilian education in the 20th century*. *Cadernos de Pesquisa*, 2009.

BRASIL, *Câmara dos Deputados*, Governo Federal. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/o-que-e-a-secretaria-da-mulher>>, acessado em 22 de novembro de 2017.

BRASIL, *Ministério dos Direitos Humanos*, Governo Federal. Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/sobre/acesso-a-informacao/institucional>>, acessado em 23 de novembro de 2017.

BRASIL, *Programa Nacional de Direitos Humanos*, Governo Federal, 2010. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/dados/pp/pndh/textointegral.html#Mulheres>>, acessado em 23 de novembro de 2017.

BRASIL, *2º Plano Nacional de Políticas para Mulheres*, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Governo Federal, 2008.

BRASIL, *Plano Nacional de Políticas para Mulheres 2013-2015*, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Governo Federal, 2013.

CAETANO, A., POTTER, J.; *Politics and female sterilization in Northeast Brazil*. *Population and Development Review*, (p.79-108), 2004

CARDOSO GUEDES DE SOUZA, L. *Gender inequality in Brazilian States*, 2015.

COMPARATO, F. *The economic order in the Brazilian Constitution of 1988*. *The American Journal of Comparative Law*, 1990.

- DOEPKE, M. *Accounting for fertility decline during the transition to growth*. Journal of Economic Growth, (p.347-383), 2004.
- ERNST, C. Recent dynamics in Brazil's labour market. *International Labour Organization*, 2008.
- ERTAN, S. *Gender equality policies in authoritarian regimes and electoral democracies*. Graduate Conference ECPR, 2012.
- FALLON, K., SWISS, L., VITERNA, J. *Resolving the democracy paradox: democratization and women's legislative representation in developing nations, 1975 to 2009*. American Sociological Review, p. 380-408, 2012.
- FARAH, M. F. S. *Gênero e Políticas Públicas*, Revista Estudos Feministas, 2004.
- GAYE, A., KLUGMAN, J., KOACEVIC, M., TWIGG, S., ZAMBRANO, E. *Measuring key disparities in human development: the gender inequality index*. UNDP, 2010.
- GONZALEZ, R.; *Employment policies in Brazil: History, scope and limitations*. International Policy Centre for Inclusive Growth, 2010.
- GUPTA, N., & DA COSTA LEITE, I. *Adolescent fertility behavior: trends and determinants in Northeastern Brazil*. International Family Planning Perspectives, (p.125-130), 1999.
- HADDAD, S. International Review of Education, (p.29-40), 1996.
- HELMER, F.-W. *Education and Politics in Brazil*. Comparative Education, (p.51-67), 1975.
- HEREDIA, B.; CINTRÃO, R. P. *Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro*. Revista Nera Presidente Prudente, (p. 1-28), 2006.
- HERINGER, R. *Gender equality, sexual and reproductive health and poverty reduction: understanding the links with economic growth and improvements in household income*. Policy Briefs UNFPA, 2011.
- HTUN, M. *Abortion, divorce, and the family under latin american dictatorships and democracies*. Em Sex and the State, 2003.
- KLEIN, L., SCHWARTZMAN, S. *Higher education policies in Brazil: 1970-1990*. Higher Education, (p.21-34), 1993.
- KROLICZEK, K. *The impact of welfare regimes on gender equality*, 2013.
- LA FERRARA, E., CHONG, A., DURYEYEA, S. *Soap operas and fertility: evidence from Brazil*. American Economic Journal, (p.1-31), 2012.

MADEIRA, F., SINGER, P., KOPF, B. *Structure of female employment and work in Brazil, 1920-1970*. Journal of Interamerican Studies and World Affairs, p. 490-496, 1975.

MARTINE, G. *Brazil's fertility decline, 1965-1995: a fresh look at key factors*. Population and development review, (p.47-75), 1996.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, *Relatório Global sobre os Salários 2016/2017*, BUREAU Internacional do Trabalho, Genebra, 2016.

PARRO, F. *International evidence on the gender gap in education over the past six decades: a puzzle and an answer to it*. Journal of Human Capital, (p.150-185), 2012.

PINHEIRO, J. C. *Trabalho Feminino no Brasil (1950-2010)*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

RIBEIRO, A. I. M. *Mulheres educadas na colônia*. In: LOPES, E. M. T.; FARIA, L. M. F.; VEIGA, C. G. (orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, (p.79-94), 2000.

RICHARDS, D., GELLENY, R. *Women's status and economic globalization*. Quarterly Journal, (p. 855-876), 2007.

SAFA, H. *Women's Social Movements In Latin America*. Gender and Society, (p.354-369), Junho 2016.

SELVWYN, B. *Gender wage work and development in North East Brazil*. Journal of the society from Latin American studies, (p.51-70), 2010.

SIIM, B. *Gender and citizenship: Politics and agency in France, Britain and Denmark*. New York: Cambridge University Press, 2000.

TRIPP, A. *Political systems and gender*. The oxford handbooks of gender and politics, 2013.

VITERNA, J., FALLON, K. *Democratization, women's movements, and gender-equitable states: a framework for comparison*. American Sociological Review, (p. 688-689), 2008.

WAYLEN, G. *Women and democratization: conceptualizing gender relations in transition politics*. World Politics, p. 327-354, 1994.

WORLD BANK. Disponível em <<http://data.worldbank.org/indicator>>, acessado em 25 de setembro de 2017.

WORLD ECONOMIC FORUM, *Human Development Report*, United Nations Development Programme, Disponível em: <<http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2016/rankings/>>, acessado em 25 de setembro de 2017.

## Apêndice

**Tabela 1.1** - Taxa de participação na força de trabalho (mulheres acima de 15 anos)

Ano	Taxa (%)	Ano	Taxa (%)	Ano	Taxa (%)
1960	18,450001	1980	30,059999	2000	49,349998
1961	-	1981	-	2001	54,139999
1962	-	1982	-	2002	55,590000
1963	-	1983	-	2003	47,770000
1964	-	1984	-	2004	48,259998
1965	-	1985	41,090000	2005	47,720001
1966	-	1986	41,139999	2006	48,150002
1967	-	1987	43,169998	2007	48,470001
1968	-	1988	43,340000	2008	48,639999
1969	-	1989	43,389999	2009	48,599998
1970	21,139999	1990	44,020000	2010	49,009998
1971	-	1991	-	2011	48,950001
1972	-	1992	52,610001	2012	49,320000
1973	37,169998	1993	52,529999	2013	49,250000
1974	-	1994	-	2014	56,090000
1975	-	1995	53,590000	2015	48,049999
1976	-	1996	51,430000		
1977	-	1997	52,549999		
1978	-	1998	52,820000		
1979	-	1999	54,349998		

Fonte: Banco Mundial

**Tabela 1.2** - Taxa de participação na força de trabalho (mulheres entre 15 e 24 anos)

Ano	Taxa (%)	Ano	Taxa (%)	Ano	Taxa (%)
1960	23,010000	1980	34,820000	2000	50,240002
1961	-	1981	-	2001	51,180000
1962	-	1982	-	2002	52,880001
1963	-	1983	-	2003	52,830002
1964	-	1984	-	2004	54,380001
1965	-	1985	45,740002	2005	-
1966	-	1986	45,799999	2006	54,840000
1967	-	1987	47,240002	2007	54,750000
1968	-	1988	46,950001	2008	-
1969	-	1989	46,200001	2009	53,990002
1970	26,320000	1990	46,820000	2010	-
1971	-	1991	-	2011	50,750000
1972	-	1992	52,810001	2012	50,650002
1973	43,549999	1993	52,080002	2013	48,939999
1974	-	1994	-	2014	50,980000
1975	-	1995	51,759998	2015	-
1976	-	1996	49,990002		
1977	-	1997	50,439999		
1978	-	1998	50,709999		
1979	-	1999	51,790001		

Fonte: Banco Mundial

**Tabela 1.3 - Taxa de participação na força de trabalho (homens acima de 15 anos)**

Ano	Taxa (%)	Ano	Taxa (%)	Ano	Taxa (%)
1960	88,709999	1980	82,730003	2000	78,360001
1961	-	1981	-	2001	81,000000
1962	-	1982	-	2002	81,120003
1963	-	1983	-	2003	67,639999
1964	-	1984	-	2004	67,239998
1965	-	1985	85,040001	2005	66,709999
1966	-	1986	84,889999	2006	66,769997
1967	-	1987	85,790001	2007	66,510002
1968	-	1988	85,339996	2008	66,589996
1969	-	1989	84,930000	2009	66,000000
1970	83,580002	1990	84,570000	2010	66,449997
1971	-	1991	-	2011	66,480003
1972	-	1992	85,419998	2012	66,620003
1973	86,940002	1993	84,919998	2013	66,230003
1974	-	1994	-	2014	72,459999
1975	-	1995	84,040001	2015	64,839996
1976	-	1996	81,970001		
1977	-	1997	82,430000		
1978	-	1998	82,040001		
1979	-	1999	81,940002		

Fonte: Banco Mundial

**Tabela 1.4 - Taxa de participação na força de trabalho (homens entre 15 e 24 anos)**

Ano	Taxa (%)	Ano	Taxa (%)	Ano	Taxa (%)
1960	81,610001	1980	76,370003	2000	71,809998
1961	-	1981	-	2001	72,660004
1962	-	1982	-	2002	73,139999
1963	-	1983	-	2003	72,519997
1964	-	1984	-	2004	73,459999
1965	-	1985	82,300003	2005	-
1966	-	1986	82,400002	2006	73,050003
1967	-	1987	83,080002	2007	72,260002
1968	-	1988	82,110001	2008	-
1969	-	1989	82,239998	2009	71,320000
1970	73,959999	1990	81,169998	2010	-
1971	-	1991	-	2011	67,389999
1972	-	1992	81,720001	2012	67,180000
1973	81,449997	1993	80,779999	2013	65,019997
1974	-	1994	-	2014	66,889999
1975	-	1995	78,500000	2015	-
1976	-	1996	75,029999		
1977	-	1997	75,839996		
1978	-	1998	75,129997		
1979	-	1999	74,769997		

Fonte: Banco Mundial

**Tabela 2.1 - Status de emprego entre mulheres acima de 15 anos**

Ano	Empregada	Desempregada	Inativa	Fora do universo
<b>1960</b>	18,50%	0,10%	82,50%	
<b>1970</b>	20,80%	0,30%	79,40%	1,10%
<b>1980</b>	30,30%	0,70%	73,10%	
<b>1990</b>	35,20%	2,50%	66,60%	
<b>2000</b>	41,00%	9,60%	54,00%	
<b>2010</b>	45,40%	8,40%	49,60%	

Fonte: IPUMS

**Tabela 2.2 - Status de emprego entre homens acima de 15 anos**

Ano	Empregada	Desempregada	Inativa	Fora do universo
<b>1960</b>	88,10%	0,70%	11,00%	
<b>1970</b>	82,20%	1,60%	15,60%	0,60%
<b>1980</b>	81,50%	1,30%	17,20%	
<b>1990</b>	79,20%	3,20%	17,60%	
<b>2000</b>	69,80%	8,70%	21,50%	
<b>2010</b>	65,90%	7,80%	26,20%	

Fonte: IPUMS

**Tabela 3 – Taxa de analfabetismo (mulheres acima de 15 anos)**

Ano	Mulheres (%)	Homens (%)	Total (%)
<b>1940</b>	-	-	56,0
<b>1950</b>	-	-	50,5
<b>1960</b>	-	-	39,6
<b>1970</b>	36,0	29,8	33,6
<b>1980</b>	27,1	23,6	25,5
<b>1991</b>	20,3	19,8	20,1
<b>2000</b>	13,5	13,8	13,6
<b>2010</b>	9,10	9,80	9,60

Fonte: Censo Demográfico (IBGE)

**Tabela 4 – Taxa de escolaridade a nível secundário e superior**

Ano	Mulheres com mais de 5 anos (%)	Homens com mais de 5 anos (%)
<b>1960</b>	1,956403	3,013746
<b>1970</b>	5,063464	5,530498
<b>1980</b>	11,509360	11,213111
<b>1991</b>	16,780240	14,928940
<b>2000</b>	21,095700	17,797840
<b>2010</b>	32,015000	27,149700

Fonte: IPUMS



**Tabela 5.1 - Fecundidade adolescente (nascimentos a cada mil mulheres de 15-19 anos)**

Ano	Nascimentos	Ano	Nascimentos	Ano	Nascimentos
<b>1960</b>	92,0468	<b>1980</b>	77,9260	<b>2000</b>	81,9998
<b>1961</b>	92,1774	<b>1981</b>	78,8780	<b>2001</b>	81,4734
<b>1962</b>	92,3080	<b>1982</b>	79,8300	<b>2002</b>	80,9470
<b>1963</b>	90,3824	<b>1983</b>	79,9864	<b>2003</b>	78,9338
<b>1964</b>	88,4568	<b>1984</b>	80,1428	<b>2004</b>	76,9206
<b>1965</b>	86,5312	<b>1985</b>	80,2992	<b>2005</b>	74,9074
<b>1966</b>	84,6056	<b>1986</b>	80,4556	<b>2006</b>	72,8942
<b>1967</b>	82,6800	<b>1987</b>	80,6120	<b>2007</b>	70,8810
<b>1968</b>	81,1702	<b>1988</b>	80,4962	<b>2008</b>	70,3938
<b>1969</b>	79,6604	<b>1989</b>	80,3804	<b>2009</b>	69,9066
<b>1970</b>	78,1506	<b>1990</b>	80,2646	<b>2010</b>	69,4194
<b>1971</b>	76,6408	<b>1991</b>	80,1488	<b>2011</b>	68,9322
<b>1972</b>	75,1310	<b>1992</b>	80,0330	<b>2012</b>	68,4450
<b>1973</b>	75,1188	<b>1993</b>	80,7422	<b>2013</b>	67,8778
<b>1974</b>	75,1066	<b>1994</b>	81,4514	<b>2014</b>	67,3106
<b>1975</b>	75,0944	<b>1995</b>	82,1606	<b>2015</b>	66,7434
<b>1976</b>	75,0822	<b>1996</b>	82,8698		
<b>1977</b>	75,0700	<b>1997</b>	83,5790		
<b>1978</b>	76,0220	<b>1998</b>	83,0526		
<b>1979</b>	76,9740	<b>1999</b>	82,5262		

Fonte: Banco Mundial

**Tabela 5.2 - Fecundidade total (média de filhos das mulheres acima de 15 anos)**

Ano	Média de filhos	Ano	Média de filhos	Ano	Média de filhos
<b>1960</b>	6,070	<b>1980</b>	4,068	<b>2000</b>	2,300
<b>1961</b>	6,047	<b>1981</b>	3,970	<b>2001</b>	2,232
<b>1962</b>	6,004	<b>1982</b>	3,861	<b>2002</b>	2,163
<b>1963</b>	5,937	<b>1983</b>	3,743	<b>2003</b>	2,096
<b>1964</b>	5,847	<b>1984</b>	3,618	<b>2004</b>	2,033
<b>1965</b>	5,733	<b>1985</b>	3,488	<b>2005</b>	1,975
<b>1966</b>	5,600	<b>1986</b>	3,358	<b>2006</b>	1,926
<b>1967</b>	5,454	<b>1987</b>	3,232	<b>2007</b>	1,884
<b>1968</b>	5,304	<b>1988</b>	3,113	<b>2008</b>	1,851
<b>1969</b>	5,153	<b>1989</b>	3,005	<b>2009</b>	1,824
<b>1970</b>	5,009	<b>1990</b>	2,909	<b>2010</b>	1,805
<b>1971</b>	4,877	<b>1991</b>	2,827	<b>2011</b>	1,790
<b>1972</b>	4,756	<b>1992</b>	2,756	<b>2012</b>	1,777
<b>1973</b>	4,647	<b>1993</b>	2,694	<b>2013</b>	1,765
<b>1974</b>	4,550	<b>1994</b>	2,638	<b>2014</b>	1,753
<b>1975</b>	4,463	<b>1995</b>	2,586	<b>2015</b>	1,740
<b>1976</b>	4,385	<b>1996</b>	2,535		
<b>1977</b>	4,311	<b>1997</b>	2,482		
<b>1978</b>	4,235	<b>1998</b>	2,426		
<b>1979</b>	4,156	<b>1999</b>	2,365		

Fonte: Banco Mundial

**Tabela 6** – Fecundidade por situação urbana e rural nas grandes regiões (mulheres acima de 15 anos)

Ano	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sul		Sudeste	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
<b>1970</b>	6,8	9,6	6,6	8,5	5,3	7,6	4,1	6,8	3,9	7,1
<b>1980</b>	5,2	8	4,9	7,7	4	6	3,2	4,6	3,2	5,5
<b>1991</b>	3,4	5,5	2,9	5,3	2,5	3,6	2,4	3,1	2,2	3,5
<b>2000</b>	2,7	4,6	2,3	3,8	2,2	2,9	2,1	2,8	2	2,9

Fonte: Censo Demográfico (IBGE)

**Tabela Extra** - Porcentagem de acentos parlamentares ocupados por mulheres no Congresso brasileiro

Ano	Taxa (%)	Ano	Taxa (%)	Ano	Taxa (%)
<b>1990</b>	5,3	<b>2000</b>	5,7	<b>2010</b>	8,6
<b>1991</b>	-	<b>2001</b>	6,8	<b>2011</b>	8,6
<b>1992</b>	-	<b>2002</b>	6,2	<b>2012</b>	8,6
<b>1993</b>	-	<b>2003</b>	8,6	<b>2013</b>	8,6
<b>1994</b>	-	<b>2004</b>	8,6	<b>2014</b>	9,9
<b>1995</b>	-	<b>2005</b>	8,6	<b>2015</b>	9,9
<b>1996</b>	-	<b>2006</b>	8,8	<b>2016</b>	9,9
<b>1997</b>	6,6	<b>2007</b>	9,0		
<b>1998</b>	6,6	<b>2008</b>	9,0		
<b>1999</b>	5,7	<b>2009</b>	8,8		

Fonte: Banco Mundial

**Tabela 7** – Taxa de escolaridade a nível secundário e superior

Ano	Argentina	Brasil	Chile
<b>1960</b>	-	1,956403	19,09576
<b>1970</b>	18,28732	5,063464	22,80624
<b>1980</b>	23,71984	11,50936	34,26869
<b>1991</b>	33,64691	16,78024	43,98952
<b>2000</b>	47,15799	21,0957	54,06871
<b>2010</b>	51,96573	32,015	-

Fonte: IPUMS

**Tabela 8** – Taxa de participação na força de trabalho (mulheres acima de 15 anos)

Ano	Argentina	Brasil	Chile	América Latina
1960	23,22999954	18,45000076	22,73999977	20,15165799
1961	-	-	-	-
1962	-	-	-	-
1963	-	-	-	-
1964	-	-	-	-
1965	-	-	-	-
1966	-	-	-	-
1967	-	-	-	-
1968	-	-	-	-
1969	-	-	-	-
1970	26,48999977	21,13999939	21,65999985	21,47782784
1971	-	-	-	-
1972	-	-	-	-
1973	37,16999817	-	-	-
1974	-	-	-	-
1975	-	-	-	-
1976	-	-	-	-
1977	29,00000000	-	-	-
1978	29,38999939	-	-	-
1979	29,73999977	-	-	-
1980	29,75000000	30,05999947	26,25000000	29,19560955
1981	-	-	26,79000092	-
1982	-	-	27,37000084	-
1983	27,85000038	-	28,35000038	-
1984	-	-	28,68000031	-
1985	28,04000092	41,09000015	29,79999924	-
1986	-	41,13999939	29,59000015	-
1987	28,18000031	43,16999817	-	-
1988	-	43,34000015	31,19000053	35,83332043
1989	29,06999969	43,38999939	31,63999939	40,43931944
1990	29,11000061	44,02000046	31,76000023	36,79998576
1991	39,59999847	-	31,29000092	-
1992	-	52,61000061	33,40999985	44,44201703
1993	-	52,52999878	34,88999939	44,25129896
1994	-	-	35,00000000	-
1995	41,33000183	53,59000015	33,93000031	45,68174251
1996	-	51,43000031	34,50999832	44,42978006
1997	-	52,54999924	35,08000183	47,79697550
1998	-	52,81999969	36,09000015	48,15681939
1999	-	54,34999847	36,47000122	48,57521997
2000	44,06999969	49,34999847	35,00999832	46,77408523
2001	44,90000153	54,13999939	34,86000061	48,20232122
2002	-	55,59000015	34,65000153	49,38726174
2003	45,81999969	47,77000046	35,70999908	45,69337263
2004	49,79000092	48,25999832	37,84999847	45,96415245
2005	49,63999939	47,72000122	37,20000076	46,66577933
2006	49,68000031	48,15000153	38,47000122	46,47669658
2007	-	48,47000122	40,25999832	46,85746472
2008	48,50199890	48,63999939	41,59000015	47,35175863
2009	48,77999878	48,59999847	41,97000122	48,41453590
2010	46,49000168	49,00999832	46,59999847	48,36589245
2011	46,81999969	48,95000076	47,83000183	48,85544017
2012	46,95000076	49,31999969	47,66999817	49,32546422
2013	47,93999863	49,25000000	48,29999924	49,39010000
2014	46,56999969	56,09000015	48,68999863	51,76794080
2015	-	48,04999924	48,70999908	48,78481625

Fonte: Banco Mundial

**Tabela 9** – Taxa de participação na força de trabalho (mulheres entre 15 e 24 anos)

Ano	Argentina	Brasil	Chile	América Latina
1960	36,63000107	23,01000023	27,60000038	23,76718758
1970	37,13999939	26,31999969	23,61000061	26,28560740
1973	43,54999924	-	-	-
1977	38,34999847	-	-	-
1978	38,40000153	-	-	-
1979	38,45999908	-	-	-
1980	34,86000061	34,81999969	25,30999947	32,26780454
1981	-	-	23,63999939	-
1982	-	-	25,72999954	-
1983	40,25999832	-	25,29000092	-
1984	-	-	26,81999969	-
1985	35,36000061	45,74000168	26,26000023	-
1986	-	45,79999924	25,75000000	-
1987	35,36999893	47,24000168	-	-
1988	-	46,95000076	25,71999931	-
1989	36,15999985	46,20000076	24,89999962	-
1990	36,99000168	46,81999969	25,11000061	35,94185669
1991	36,97999954	-	24,10000038	-
1992	-	52,81000137	26,57999992	-
1993	-	52,08000183	28,29999924	40,29715160
1994	-	-	29,12999916	-
1995	41,15999985	51,75999832	27,45999908	41,49905288
1996	-	49,99000168	26,78000069	41,64069959
1997	-	50,43999863	26,43000031	43,04076207
1998	-	50,70999908	25,11000061	43,45805960
1999	-	51,79000092	25,09000015	44,12935467
2000	35,79999924	50,24000168	23,72999954	42,76043805
2001	-	51,18000031	22,77000046	44,04230114
2002	-	52,88000107	22,35000038	43,87110892
2003	36,70000076	52,83000183	23,28000069	42,60665108
2004	38,59999847	54,38000107	24,00000000	43,60416456
2005	36,50999832	-	24,04999924	-
2006	38,43999863	54,84000015	23,11000061	43,43289799
2007	-	54,75000000	26,12000084	44,83946020
2008	34,91199875	-	25,69000053	-
2009	33,29999924	53,99000168	26,67000008	43,10790675
2010	30,85000038	-	30,54000092	-
2011	31,18000031	50,75000000	32,70999908	40,85166505
2012	32,25999832	50,65000153	31,44000053	41,19996563
2013	32,09999847	48,93999863	31,32999992	40,38005632
2014	29,57999992	50,97999954	30,47999954	40,96613451
2015	-	-	28,95999908	-

Fonte: Banco Mundial

**Tabela 10** – Fecundidade adolescente (nascimentos a cada mil mulheres de 15-19 anos)

Ano	Argentina	Brasil	Chile	América Latina e Caribe	Média Global
1960	61,3780	92,0468	88,6918	106,9665226	86,62601146
1961	61,2380	92,1774	89,1294	107,3179204	86,44134992
1962	61,0980	92,3080	89,5670	107,6350143	85,92794790
1963	60,9582	90,3824	90,1584	106,3149111	84,59066092
1964	60,8184	88,4568	90,7498	105,0211837	83,31405316
1965	60,6786	86,5312	91,3412	103,7814271	82,20951348
1966	60,5388	84,6056	91,9326	102,5187204	81,19275003
1967	60,3990	82,6800	92,5240	101,3139360	80,29547309
1968	61,9796	81,1702	90,9788	100,1160103	78,93764291
1969	63,5602	79,6604	89,4336	98,91714538	77,60785269
1970	65,1408	78,1506	87,8884	97,68470686	76,40052402
1971	66,7214	76,6408	86,3432	96,39098323	75,19585142
1972	68,3020	75,1310	84,7980	95,05294603	74,22551470
1973	71,4412	75,1188	82,5238	94,48575936	73,80334993
1974	74,5804	75,1066	80,2496	93,92702221	73,35555399
1975	77,7196	75,0944	77,9754	93,37817214	72,77497687
1976	80,8588	75,0822	75,7012	92,77935149	72,00908556
1977	83,9980	75,0700	73,4270	92,17555381	71,06334837
1978	82,0386	76,0220	71,9452	91,38639192	70,63155592
1979	80,0792	76,9740	70,4634	90,60275323	70,16098043
1980	78,1198	77,9260	68,9816	89,82886589	69,73322923
1981	76,1604	78,8780	67,4998	89,06986124	69,23682744
1982	74,2010	79,8300	66,0180	88,30940528	68,78115572
1983	74,0408	79,9864	65,9308	87,75068122	68,27823505
1984	73,8806	80,1428	65,8436	87,19550352	67,90821722
1985	73,7204	80,2992	65,7564	86,64066777	67,66610641
1986	73,5602	80,4556	65,6692	86,06862579	67,49245152
1987	73,4000	80,6120	65,5820	85,49547844	67,41492255
1988	73,3604	80,4962	65,1952	84,95347182	66,74211928
1989	73,3208	80,3804	64,8084	84,38191185	66,18148669
1990	73,2812	80,2646	64,4216	83,78993828	65,73913687
1991	73,2416	80,1488	64,0348	83,19280310	65,36247391
1992	73,2020	80,0330	63,6480	82,60667195	65,08396404
1993	72,5218	80,7422	63,0848	82,80354272	64,35558558
1994	71,8416	81,4514	62,5216	82,99541562	63,51663137
1995	71,1614	82,1606	61,9584	83,18207631	62,47481870
1996	70,4812	82,8698	61,3952	83,35897070	61,16578853
1997	69,8010	83,5790	60,8320	83,53412753	59,70705794
1998	68,8332	83,0526	59,5564	82,59817069	58,59212534
1999	67,8654	82,5262	58,2808	81,65606296	57,32249759
2000	66,8976	81,9998	57,0052	80,70048650	55,92752941
2001	65,9298	81,4734	55,7296	79,72967141	54,39326033
2002	64,9620	80,9470	54,4540	78,73822695	52,75803690
2003	64,0868	78,9338	54,1002	77,03365096	51,35992076
2004	63,2116	76,9206	53,7464	75,34459867	50,15701960
2005	62,3364	74,9074	53,3926	73,67777351	49,22402105
2006	61,4612	72,8942	53,0388	72,02776842	48,48171323
2007	60,5860	70,8810	52,6850	70,39295161	47,97568243
2008	61,2640	70,3938	52,0120	69,64517680	47,73095275
2009	61,9420	69,9066	51,3390	68,89231535	47,50936852
2010	62,6200	69,4194	50,6660	68,13186823	47,21243067
2011	63,2980	68,9322	49,9930	67,36629875	46,81898634
2012	63,9760	68,4450	49,3200	66,59531425	46,34957142
2013	63,9136	67,8778	48,7144	65,62205735	45,67342371
2014	63,8512	67,3106	48,1088	64,64987330	44,92272084
2015	63,7888	66,7434	47,5032	63,67570524	44,10020035

Fonte: Banco Mundial

**Tabela 11 – Fecundidade total (média de filhos das mulheres acima de 15 anos)**

Ano	Argentina	Brasil	Chile	América Latina e Caribe	Média Global
1960	3,109	6,070	5,102	5,925174550	4,984905146
1961	3,100	6,047	5,054	5,920333818	5,012427779
1962	3,089	6,004	4,996	5,903429915	5,037172199
1963	3,078	5,937	4,926	5,871366678	5,058490124
1964	3,068	5,847	4,844	5,824506887	5,068487475
1965	3,058	5,733	4,747	5,762089128	5,049741631
1966	3,051	5,600	4,632	5,686408733	4,996674674
1967	3,048	5,454	4,499	5,600906519	4,973921462
1968	3,049	5,304	4,351	5,509230616	4,919921523
1969	3,056	5,153	4,189	5,412393668	4,849450463
1970	3,073	5,009	4,019	5,312897687	4,770323263
1971	3,104	4,877	3,844	5,209354100	4,661575765
1972	3,148	4,756	3,672	5,102975461	4,532520657
1973	3,203	4,647	3,506	4,994152987	4,404905426
1974	3,264	4,550	3,353	4,884046775	4,284597667
1975	3,321	4,463	3,215	4,772870396	4,154705072
1976	3,366	4,385	3,095	4,661407636	4,040733359
1977	3,391	4,311	2,993	4,550754289	3,939672950
1978	3,391	4,235	2,906	4,440245708	3,848233441
1979	3,368	4,156	2,834	4,331194312	3,780499593
1980	3,325	4,068	2,778	4,223274194	3,722038911
1981	3,270	3,970	2,737	4,116557807	3,665763719
1982	3,213	3,861	2,709	4,010695274	3,636289619
1983	3,163	3,743	2,691	3,906017425	3,602948410
1984	3,123	3,618	2,678	3,803018539	3,571521335
1985	3,093	3,488	2,667	3,701506330	3,542141462
1986	3,073	3,358	2,654	3,603258763	3,505037400
1987	3,056	3,232	2,637	3,508362831	3,460744453
1988	3,037	3,113	2,614	3,417428247	3,405446805
1989	3,016	3,005	2,584	3,331278380	3,332713938
1990	2,989	2,909	2,547	3,249755397	3,258811216
1991	2,954	2,827	2,503	3,173099051	3,168370046
1992	2,913	2,756	2,456	3,100865436	3,081327146
1993	2,866	2,694	2,408	3,032585216	2,993919704
1994	2,815	2,638	2,360	2,967313839	2,922800399
1995	2,762	2,586	2,313	2,904764484	2,856303705
1996	2,711	2,535	2,269	2,843519893	2,803547575
1997	2,664	2,482	2,225	2,784480329	2,756574510
1998	2,623	2,426	2,183	2,727308249	2,720992097
1999	2,589	2,365	2,144	2,671001277	2,688765519
2000	2,561	2,300	2,107	2,615645409	2,668184529
2001	2,537	2,232	2,074	2,559668722	2,639682903
2002	2,516	2,163	2,046	2,504794323	2,619849019
2003	2,495	2,096	2,022	2,452194576	2,603576603
2004	2,474	2,033	2,001	2,402769970	2,589579352
2005	2,452	1,975	1,982	2,356178861	2,570599085
2006	2,432	1,926	1,964	2,313881749	2,561462261
2007	2,413	1,884	1,945	2,275931751	2,552802767
2008	2,396	1,851	1,925	2,243608660	2,542241140
2009	2,382	1,824	1,903	2,214944005	2,523762696
2010	2,370	1,805	1,879	2,190509524	2,508150127
2011	2,358	1,790	1,856	2,168224035	2,492092579
2012	2,347	1,777	1,834	2,147209867	2,483885500
2013	2,335	1,765	1,815	2,126605628	2,468353681
2014	2,322	1,753	1,798	2,106346950	2,461727474
2015	2,308	1,740	1,785	2,086131987	2,452645557

Fonte: Banco Mundial

**Tabela 12** – Fecundidade adolescente (nascimentos a cada mil mulheres de 15-19 anos)

Ano	Brasil	Países com Renda Alta	Países com Renda Média	Países com Renda Baixa	Média Global
1960	92,0468	45,60520914	95,08356140	136,8138066	86,62601146
1961	92,1774	45,53699961	95,08174516	137,1623086	86,44134992
1962	92,3080	45,43472509	94,60637046	137,2781737	85,92794790
1963	90,3824	44,67407244	93,11959632	137,1192533	84,59066092
1964	88,4568	43,91536810	91,56292987	137,1864622	83,31405316
1965	86,5312	43,21806378	90,03155588	137,5895265	82,20951348
1966	84,6056	42,65211945	88,51379450	138,0118516	81,19275003
1967	82,6800	42,14162125	86,99761641	138,8623065	80,29547309
1968	81,1702	41,80240953	84,76944668	139,6990281	78,93764291
1969	79,6604	41,35721881	82,74374086	140,0819173	77,60785269
1970	78,1506	40,91158712	81,01585189	139,7954938	76,40052402
1971	76,6408	40,43212593	79,45690343	139,0060067	75,19585142
1972	75,1310	39,86989240	78,30692935	137,6239838	74,22551470
1973	75,1188	39,06806756	77,91115450	136,7874317	73,80334993
1974	75,1066	38,16229391	77,48582455	136,2416603	73,35555399
1975	75,0944	37,21939493	76,81907082	136,2578311	72,77497687
1976	75,0822	36,26534615	75,87517603	136,6104922	72,00908556
1977	75,0700	35,23173846	74,67093087	137,4723140	71,06334837
1978	76,0220	34,45342157	74,11935607	137,7315236	70,63155592
1979	76,9740	33,64661905	73,51097871	137,8366962	70,16098043
1980	77,9260	32,82534150	72,95144115	137,5738633	69,73322923
1981	78,8780	32,01271182	72,31781080	136,8933585	69,23682744
1982	79,8300	31,20441345	71,70347439	135,9994494	68,78115572
1983	79,9864	30,62569620	70,95630481	135,0950400	68,27823505
1984	80,1428	30,02672165	70,38251433	134,3036577	67,90821722
1985	80,2992	29,41458499	69,97930039	133,7379942	67,66610641
1986	80,4556	28,80046206	69,69479288	133,3414334	67,49245152
1987	80,6120	28,17776681	69,53328211	133,0902061	67,41492255
1988	80,4962	28,07489489	68,51056546	133,0247789	66,74211928
1989	80,3804	28,02258496	67,60012279	133,1466824	66,18148669
1990	80,2646	28,06431292	66,79240438	133,4423626	65,73913687
1991	80,1488	28,17497138	66,05934262	133,8408467	65,36247391
1992	80,0330	28,40752185	65,37747394	134,4125543	65,08396404
1993	80,7422	27,84623018	64,28957471	134,7413189	64,35558558
1994	81,4514	27,26605327	63,08248519	134,8462083	63,51663137
1995	82,1606	26,62684171	61,67555540	134,6266060	62,47481870
1996	82,8698	25,91985420	59,97975722	134,1280779	61,16578853
1997	83,5790	25,15610321	58,13175421	133,3496246	59,70705794
1998	83,0526	24,65764847	56,77019141	131,6599832	58,59212534
1999	82,5262	24,14937240	55,22209119	130,0040853	57,32249759
2000	81,9998	23,64583576	53,51341903	128,4879813	55,92752941
2001	81,4734	23,12352875	51,67372683	127,1179783	54,39326033
2002	80,9470	22,59245882	49,70422627	125,8738594	52,75803690
2003	78,9338	22,43675393	48,04272516	123,9947335	51,35992076
2004	76,9206	22,25967647	46,61161076	122,1222768	50,15701960
2005	74,9074	22,04511775	45,49226698	120,2207146	49,22402105
2006	72,8942	21,74758790	44,62129560	118,2721365	48,48171323
2007	70,8810	21,42308856	44,00709711	116,3184517	47,97568243
2008	70,3938	20,60274936	43,81392190	113,9235290	47,73095275
2009	69,9066	19,77085427	43,64055024	111,5114625	47,50936852
2010	69,4194	18,93200566	43,37440191	109,0819461	47,21243067
2011	68,9322	18,08457847	43,01718905	106,6202990	46,81898634
2012	68,4450	17,21326929	42,57213460	104,1499154	46,34957142
2013	67,8778	15,95118374	41,94042951	101,5644808	45,67342371
2014	67,3106	14,69379427	41,22360477	98,98740844	44,92272084
2015	66,7434	13,44340094	40,42802491	96,43274119	44,10020035

Fonte: Banco Mundial

**Tabela 13** – Fecundidade total (média de filhos das mulheres acima de 15 anos)

Ano	Brasil	Países com Renda Alta	Países com Renda Média	Países com Renda Baixa	Média Global
1960	6,070	3,036896681	5,591336057	6,521812954	4,984905146
1961	6,047	3,040503833	5,629622071	6,513993277	5,012427779
1962	6,004	2,991977457	5,684683645	6,507260196	5,037172199
1963	5,937	2,970936323	5,718922829	6,505244381	5,058490124
1964	5,847	2,949199318	5,736196685	6,511283275	5,068487475
1965	5,733	2,850297205	5,737062097	6,526638422	5,049741631
1966	5,600	2,684638282	5,713030363	6,543505743	4,996674674
1967	5,454	2,664105680	5,677903298	6,565676992	4,973921462
1968	5,304	2,616140477	5,605562357	6,587302916	4,919921523
1969	5,153	2,569463454	5,510766919	6,604369268	4,849450463
1970	5,009	2,536016874	5,398110311	6,614685959	4,770323263
1971	4,877	2,470695445	5,255691195	6,619536466	4,661575765
1972	4,756	2,329020492	5,114060794	6,617488422	4,532520657
1973	4,647	2,243583816	4,952952218	6,610131819	4,404905426
1974	4,550	2,188761668	4,793898468	6,600482080	4,284597667
1975	4,463	2,098051411	4,633726988	6,591684649	4,154705072
1976	4,385	2,045727200	4,483378443	6,583329572	4,040733359
1977	4,311	2,009348105	4,346855575	6,579182811	3,939672950
1978	4,235	1,967848485	4,225652241	6,578592516	3,848233441
1979	4,156	1,977871177	4,121627708	6,579636585	3,780499593
1980	4,068	1,967561441	4,036668056	6,580241778	3,722038911
1981	3,970	1,924467540	3,965440124	6,574985328	3,665763719
1982	3,861	1,914473613	3,922199549	6,566064740	3,636289619
1983	3,743	1,875453370	3,881336141	6,551869431	3,602948410
1984	3,618	1,847197392	3,840291953	6,531557300	3,571521335
1985	3,488	1,843722655	3,795664227	6,504599887	3,542141462
1986	3,358	1,818620271	3,747856117	6,474343925	3,505037400
1987	3,232	1,813869589	3,685122476	6,439100008	3,460744453
1988	3,113	1,833678680	3,601417519	6,401140903	3,405446805
1989	3,005	1,826116715	3,502164655	6,362113654	3,332713938
1990	2,909	1,849578191	3,393545433	6,323794982	3,258811216
1991	2,827	1,827100731	3,276081281	6,283879688	3,168370046
1992	2,756	1,804744578	3,162657640	6,246888263	3,081327146
1993	2,694	1,768368178	3,052458797	6,210964075	2,993919704
1994	2,638	1,747650211	2,959935243	6,174598229	2,922800399
1995	2,586	1,712280795	2,877650427	6,136057438	2,856303705
1996	2,535	1,704786354	2,807632736	6,092743957	2,803547575
1997	2,482	1,693560214	2,746360713	6,045455020	2,756574510
1998	2,426	1,681870647	2,700264600	5,994078833	2,720992097
1999	2,365	1,677793984	2,657024052	5,939426252	2,688765519
2000	2,300	1,708050891	2,621620250	5,882148134	2,668184529
2001	2,232	1,671090439	2,591740302	5,822415171	2,639682903
2002	2,163	1,656956226	2,567972599	5,761253366	2,619849019
2003	2,096	1,665570620	2,543920765	5,699153477	2,603576603
2004	2,033	1,675141648	2,522848608	5,635645440	2,589579352
2005	1,975	1,672234373	2,498119027	5,570544286	2,570599085
2006	1,926	1,711438280	2,478339569	5,501636465	2,561462261
2007	1,884	1,736501045	2,462407533	5,430607144	2,552802767
2008	1,851	1,743218270	2,447994492	5,357298041	2,542241140
2009	1,824	1,714612107	2,430336872	5,281427559	2,523762696
2010	1,805	1,702562963	2,412947213	5,203554495	2,508150127
2011	1,790	1,685601556	2,396020855	5,122985934	2,492092579
2012	1,777	1,691313714	2,385020704	5,041940321	2,483885500
2013	1,765	1,658286317	2,371961686	4,961119012	2,468353681
2014	1,753	1,670333915	2,361761933	4,881777318	2,461727474
2015	1,740	1,672714254	2,350206652	4,804077428	2,452645557

Fonte: Banco Mundial